



Universidade de Coimbra
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

2010

UC/FPCE

Representações sociais em torno da violência conjugal: Estudo de validação do Questionário de Violência Conjugal – Histórias (QRVC-HIS) e do Questionário de Violência Conjugal – Causas, Manutenção e Resolução (QVC-CMR) com uma amostra da população geral

Rute Isabel Ornelas Aguilár (ruteaguilár@hotmail.com)

Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde (área de Sub-Especialização em Sistémica, Saúde e Família) sob a orientação da Professora Doutora Isabel Alberto.

Representações sociais em torno da violência conjugal. Estudo de validação do Questionário de Violência Conjugal – Histórias (QRVC-HIS) e do Questionário de Violência Conjugal – Causas, Manutenção e Resolução (QVC-CMR) com uma amostra da população geral.

Resumo: O presente estudo teve como objectivos validar o Questionário de Violência Conjugal – Histórias (QRVC-HIS) e o Questionário de Violência Conjugal – Causas, Manutenção e Resolução (QVC-CMR) e avaliar as representações sociais em torno da violência conjugal de uma amostra da população geral (n=276) recolhida em Portugal Continental e na Madeira.

Os resultados obtidos permitiram concluir que os instrumentos estudados apresentam boas qualidades psicométricas a nível da consistência interna. Os valores encontrados indicam que a população geral legitima pouco a violência conjugal, ressaltando uma diferença entre as duas sub-amostras, com a amostra da Madeira a apresentar um valor que indica uma maior aceitação. Também foram avaliadas as causas, os factores de manutenção e resolução para a violência conjugal, cujos resultados obtidos foram consonantes com a literatura existente, no sentido de ter em consideração a dinâmica subjacente à violência na relação do casal.

Palavras-chave: violência conjugal, representações sociais e população geral.

Social representations about conjugal violence: Validation study of Conjugal Violence Questionnaire – Stories (QRVC-HIS) and Conjugal Violence – Causes, factors of maintenance and resolution (QVC-CMR) with a sample of general population.

Abstract: This study aims to validate the Conjugal Violence Questionnaire – Stories (QRVC-HIS) and Conjugal Violence – Causes, factors of maintenance and resolution (QVC-CMR) and evaluate the social representations about conjugal violence of a sample of general population (n= 276) collected in Continental Portugal and Madeira.

The results show that the instruments have good psychometric qualities in terms of internal consistency. The values indicate that the general population legitimise less the couples violence, highlighting a difference

between the two sub-samples, with the Madeira's sample presenting a value that indicates greater legitimacy. Also evaluated were the causes, factors of maintenance and resolution for conjugal violence, whose results were consonant with the existing literature, in order to take into account the dynamic behind the violence in the couple's relationship.

Key Words: conjugal violence, social representations and general population.

Agradecimentos

À professora Doutora Isabel Alberto por ser a guia desta viagem, pela disponibilidade, compreensão, orientação, partilha de tantos conhecimentos e pela boa disposição e serenidade que tornaram tudo tão mais fácil...

Às professoras da área pela forma tão contagiante como transmitiram a sua sabedoria e por terem despertado este gosto pela sistémica...

Aos meus pais pelo suporte, carinho, exemplo, incentivo, por fazerem sempre acreditar, por perguntarem tantas vezes se a tese já estava pronta, pela sabedoria e pelo esforço tão grande para que isto pudesse acontecer.

Aos meus irmãos, pelos seres humanos fantásticos que são, pelo carinho tão grande, pelo que nos une e por serem tão especiais.

André, muito objectivamente (como tu gostas), um agradecimento não encerra tudo o que tenho para dizer e tudo o que sinto, por isso, obrigada ratinho, és a principal personagem desta viagem.

Ao Renato, por seres um ídolo, sempre, pela ajuda tão grande, e porque “aquilo que nos une não tem fim”.

À Lili, por teres sido e por seres a melhor, pelos momentos, pela partilha, pela surpresa tão boa que foi conhecer-te e por seres a pessoa que és, levo comigo todos os “nossos” momentos.

À Célia pela amizade, por me acolheres mesmo tendo chegado depois, por me ouvires e por teres sido sempre tão importante.

À Catarina pelo teu jeito especial de ser, pela palavra certa no momento certo e pela amizade.

À Mónica por seres uma *pepa*, pela nossa Salamanca e pelo que aprendi contigo, és uma parte de mim.

A todas as amigas de Coimbra por terem tornado estes dois anos tão especiais, são as maiores.

A todos os meus amigos e pessoas importantes da minha vida, simplesmente por existirem. **Obrigada a todos.**

Índice	
Introdução	1
I – Enquadramento conceptual	2
1.1. Violência conjugal	2
1.2. Perspectivas intra-individuais	4
1.3. Perspectiva feminista	5
1.4. Perspectiva sistémica	7
1.5. Representações sociais em torno da violência conjugal	9
II - Objectivos	11
III - Metodologia	12
3.1. Caracterização da amostra	12
3.2. Instrumentos utilizados	14
3.2.1. Questionário de Violência Conjugal – Histórias (QRVC-HIS) ..	14
3.2.2. Escala de Crenças sobre Violência Conjugal (ECVC)	16
3.2.3. Questionário de Violência Conjugal – Causas, Manutenção e Resolução (QVC-CMR)	17
3.3. Procedimentos Estatísticos	18
IV - Resultados	19
4.1. Representações sociais em torno da violência conjugal	20
4.2. Causas, factores de manutenção e factores de resolução da violência conjugal	21
4.3. Variáveis sócio-demográficas e representações sociais em torno da violência conjugal	23
V - Discussão	29
5.1. Representações sociais em torno da violência conjugal	29
5.2. Causas, factores de manutenção e factores de resolução da violência conjugal	32
5.3. Variáveis sócio-demográficas e representações sociais em torno da violência conjugal	37
Limitações do estudo e sugestões para investigações futuras	38
VI – Conclusões	39
VII. Bibliografia	42
VIII. Anexos	46

Introdução

Actualmente a família é idealizada como fonte de segurança, protecção e bem-estar, ocupando na vida dos indivíduos um lugar central onde estes poderão encontrar compreensão e ajuda necessária à manutenção de uma vida emocional e afectiva estável (Casimiro, 2002). Não obstante, a instituição familiar pode ser, simultaneamente, um local seguro e um espaço de violência (Dias, 2004), mais especificamente no contexto das relações conjugais. Em Portugal, os estudos indicam que a casa é o espaço onde ocorre a maior violência conjugal (Lourenço, Lisboa, & Pais, 1997).

Embora este fenómeno sempre tenha existido, ganhou maior visibilidade com os movimentos feministas, nos anos sessenta, assumindo-se como um problema social grave e uma questão política (Gondolf & Fisher, 1991, como citado em Dias, 2004). Esta visibilidade traduz uma maior sensibilidade para o problema em questão, ou seja, se antes imperava uma lógica de “*não meter a colher entre marido e mulher*”, actualmente a violência conjugal é reconhecida como uma manifestação de desigualdade de poder e de inferioridade da mulher face ao homem (Lourenço et al., 1997). Embora esta problemática também aconteça no sentido da agressão da mulher para o homem, a extensão dos maus-tratos é sempre menor (Silva, 1995, como citado em Casimiro, 2002).

Em Portugal, a resposta a esta problemática tem tido os contributos de alguns estudos já realizados e das Associações que, desde a década de 80, têm apoiado as vítimas de violência conjugal (*e.g.* Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV)) (Machado, Matos, & Moreira, 2003). No entanto, verifica-se uma lacuna nos estudos relacionados com as representações sociais acerca da violência conjugal.

Atendendo às palavras de Silva (1989, como citado em Casimiro, 2002) não é só o acto da violência que está em causa, mas também os indivíduos que o vivem, os papéis que desempenham e o significado que atribuem a esses actos de violência. Neste sentido, este estudo propõe-se identificar as representações sociais em torno da violência conjugal numa amostra da população geral recolhida em Portugal Continental e na Região Autónoma da Madeira, centrando-se de forma particular na validação de

dois instrumentos de avaliação, o **Questionário de Violência Conjugal – Histórias (QRVC-HIS)** e o **Questionário de Violência Conjugal – Causas, Manutenção e Resolução (QVC-CMR)**.

I – Enquadramento conceptual

Subjacente ao sistema humano designado casal existe uma complexidade relacional que não caberá, nunca, em qualquer definição ou numa única abordagem científica (Relvas, 2009). O casal é um sistema complexo, paradoxal e nunca terminado, sendo por isso único e irrepetível (Relvas, 1996). Os casais não vivem felizes para sempre e a relação conjugal é a única em que conceitos como “ser educado, normal, não agressivo” não têm sentido (Gameiro, 1999).

Assim, a grande diferença entre os casais que dão certo e os que não dão certo, não é a presença ou ausência de problemas, mas a sua capacidade de enfrentar e resolver as dificuldades que surgem no seu caminho (Andolfi, 2002).

1.1. Violência Conjugal

A violência conjugal não é um fenómeno novo, todavia, a visibilidade crescente que tem vindo a adquirir, associada à redefinição dos papéis de género e à construção de uma nova consciência social e de cidadania, bem como à afirmação dos direitos humanos, levaram o poder público a definir políticas de combate a um fenómeno que durante muitos anos permaneceu silenciado (Plano Nacional Contra a Violência Doméstica, 2007).

Atendendo a que este fenómeno se reveste de grande complexidade, segundo Alexander (1993) têm surgido diversas tentativas de o definir que vão desde a designação de “problema médico” até “síndrome complexo de violência”. A autora define a violência conjugal como um acontecimento que ocorre quando o marido, companheiro de facto ou coabitante inflige, deliberadamente, qualquer dano físico e/ou emocional sobre a sua esposa ou companheira (Alexander, 1993). Esta definição abrange um largo espectro de casos, englobando pessoas casadas, a coabitar ou a viver em união de

facto e introduz o conceito de intenção¹.

A violência conjugal pode assumir inúmeras formas e múltiplas consequências (físicas, psicológicas e emocionais), sendo que os diversos tipos de violência conjugal (física, sexual, emocional, psicológica, verbal, simbólica) podem coexistir na prática (podendo ocorrer em simultâneo) (Alarcão, 2006; Shields & Hanneke, 1983, como citado em Dias, 2004).

Independentemente do sexo do agressor, o seu objectivo passa por dominar o outro, fazê-lo sentir-se subordinado, incompetente, sem valor e com medo (Matos, 2003). Apesar da violência conjugal ser comumente pensada numa direcção, ou seja, num homem que inflige violência a uma mulher, a investigação mostra que os episódios também poderão ocorrer no sentido inverso, da mulher para o homem, ou ser bidireccional².

Verifica-se algum desacordo entre teóricos e clínicos, uma vez que uns defendem que a violência conjugal é perpetrada no masculino e sofrida no feminino e outros não encontram diferenças significativas entre homens e mulheres na agressão/vitimação dos parceiros conjugais (*e.g.*, Straus, 1980; Straus & Gelles, 1988; Kessler, Molnar, Feurer & Appelbaum, 2001, como citado em Malley-Morrison & Hines, 2004). O facto de os homens serem apontados, mais frequentemente, enquanto protagonistas prende-se com o facto de as investigações incidirem, maioritariamente, sobre a violência severa (Winstead, Derlega & Rose, 1997, como citado em Machado et al., 2003) e de actos análogos de violência, perpetrados por um homem ou por uma mulher, resultarem em consequências distintas devido às diferenças de estatura, força física e estatuto na relação. Emery (2010) refere, no seu estudo, que existem evidências a suportar a hipótese de que a violência cometida pelo feminino vem menos a público que a violência perpetrada pelo masculino.

Embora exista uma tendência para a paridade na maioria da literatura, os estudos de Machado (2005) contrariam-na ao verificar um desequilíbrio de género ao nível da violência conjugal, ou seja, os maridos maltratados representam uma minoria e quando há um cenário em que as

¹ Não obstante a abrangência da definição, importa notar que esta negligencia as relações homossexuais.

² De acordo com Corsi (1995, como citado em Alarcão, 2006) em 2% dos casos o abuso é contra o homem, em 75% dos casos é contra a mulher e nos 23% a violência é recíproca.

mulheres exercem violência, isto fica a dever-se, regra geral, à auto-defesa (Ravazola, 1997, como citado em Matos, 2003). O significado cultural da violência masculina, associada à imposição do poder pela força e ao risco das agressões mais severas, poderá contribuir para que o impacto cognitivo e emocional da violência conjugal, concretizada pelo homem ou pela mulher, seja distinto (Machado et al., 2003).

Levinson (1989) identificou a violência conjugal contra a mulher em 75 das 90 sociedades por si estudadas, referindo quatro factores culturais que a predizem: a desigualdade económica entre género, o recurso usual à violência como forma de resolução de conflitos, a autoridade masculina em casa e a impossibilidade de divórcio.

Atendendo à complexidade do problema em questão, existem diversas leituras a contribuir para a compreensão da dinâmica da violência conjugal. As diferentes perspectivas têm em comum o facto de apontarem uma diversidade de factores por detrás da violência conjugal, nomeadamente: características do agressor, da vítima, do contexto familiar, sócio-cultural e outras apontam ainda a interacção entre alguns dos elementos referidos. No entanto, tal como refere Lempert (1996), apesar do contributo de todas as teorias, nenhuma está completa já que umas negligenciam os contextos de abuso estruturais e sociais, outras falham ao não ter em conta a legitimação social da violência do homem contra a mulher e outras ainda confundem violência conjugal com doméstica.

1.2. Perspectivas Intra-individuais

As teorias intra-individuais direccionam a sua atenção para as características do agressor e, ainda que menos proeminentemente, para a personalidade da vítima (Matos, 2003). Segundo Gelles (1997, como citado em Dias, 2004) os homens que agredem as mulheres possuem um conjunto de características individuais que podem estar na base dos comportamentos violentos. Outros autores têm apontado como condições do comportamento maltratante o *stress*, a baixa auto-estima, as dificuldades na comunicação, as competências sociais pobres, os distúrbios de personalidade, a grande necessidade de controlo, os baixos níveis de assertividade e a presença de níveis elevados de hostilidade (Caetano, Vacht, & Ramisetty-Mikler, 2008).

É usual encontrar uma associação entre a violência conjugal e o

consumo de drogas e álcool por parte do agressor (Browne, 1987; Collins, 1987; Gelles & Straus, 1979; Hotaling & Sugarman, 1986). Embora esta situação se verifique numa grande parte dos casos, é complexa (Cooley & Severson, 1993; Matos, 2003; Wormer, 2007, como citado em Correia, 2008) sendo perigoso assumir uma linearidade causa-efeito entre as duas condições (Dias, 2004).

Outros autores, dentro da perspectiva intra-individual, alegam que as mulheres vítimas, tolerantes a este tipo de abuso, também apresentam patologias (Matos, 2003). Colocam-se frequentemente questões que se prendem com a permanência da vítima numa relação abusiva, ou com o facto de esta referir, depois de ser batida, que continua a amar o seu marido. É neste sentido que as teorias afirmam que estas mulheres ou gostam de ser vítimas de violência ou, então, estão doentes (Alexander, 1993).

Hydén (1995) refere que as mulheres vítimas de violência conjugal são descritas, regularmente, como frágeis, no entanto esta fragilidade poderá ser apontada como consequência da violência (Walker, 1979) ou ainda como um factor que propicia a violência (Gayford, 1983). Hotaling e Sugarman (1986) corroboram este dado ao indicar que a personalidade e a sintomatologia exibida pelas mulheres vítimas é uma consequência da violência conjugal e não a sua causa. Os estudos encontram nas mulheres vítimas uma baixa auto-estima (Telch & Lindquist, 1984, como citado em Hotaling & Sugarman, 1986), sintomas psicossomáticos (Shields & Hanneke, 1983, como citado em Hotaling & Sugarman, 1986) e o aumento progressivo de medicação anti-depressiva (Stark et al., 1980, como citado em Hotaling & Sugarman, 1986) o que, segundo Walker (1984, como citado em Hotaling & Sugarman, 1986) acaba por ser mais um indicador de uma reacção a uma vitimização crónica em vez de se constituir como predisposição à vitimização de violência conjugal.

1.3. Perspectiva Feminista

A violência conjugal foi denunciada no final dos anos sessenta, por grupos de activistas e pelo movimento feminista (Wardell, Gillespie, & Leffler, 1983, como citado em Dias, 2004). De acordo com a perspectiva feminista, os agressores possuem estereótipos relativos aos papéis feminino e masculino bem como das relações homem-mulher (Saunders et al., 1987;

Spence et al., 1973; Star, 1983, como citado em Walker, 1991).

Esta perspectiva sempre se destacou das outras teorias por atribuir maior ênfase ao poder e ao controlo exercido pelo sexo masculino sobre o sexo feminino (Fineman, 1994; Markus, 1994; Holtzworth-Munroe, Smutzler, & Sandim, 1997, como citado em Neves & Nogueira, 2004), assim como à importância destes factores na forma como as desigualdades estruturais resultantes da discriminação institucional suportam o estatuto do domínio masculino (Dobash & Dobash, 1979, como citado em Neves & Nogueira, 2004).

Quando os homens usam violência contra as mulheres têm como principal objectivo influenciar o seu comportamento actual e/ou futuro (Johnson, 1995, como citado em Archer, 2000) tentando estabelecer uma estrutura familiar patriarcal que traduz a dominância do homem na família bem como um *status* de subordinação das mulheres (Coleman & Straus, 1986; Young, Beier, & Beier, 1975, como citado em Archer, 2000).

Straus e colaboradores (1980, como citado em Hotaling & Sugarman, 1986) verificaram que a violência conjugal é significativamente maior em relações onde há um modelo patriarcal vigente sendo muito baixa nas relações igualitárias. De acordo com esta perspectiva, os maus-tratos à mulher são percebidos como resultado de uma sociedade patriarcal em que cabe ao homem a autoridade para liderar, dirigir, tomar decisões e controlar a vida da mulher e dos filhos, o que lhe concede poder para usar todas as estratégias disponíveis (incluindo a violência e a coerção) (Neves & Nogueira, 2004).

Homens e mulheres são socializados na família e na sociedade com base num sistema de crenças e valores que desvalorizam o género feminino, ao mesmo tempo que veiculam a noção de que elas são responsáveis pela estabilidade emocional da família (Barnett & LaViolette, 1993, como citado em Dias, 2004). Daí que, em situações de violência conjugal, umas se mantenham na relação devido à pressão das normas sociais sobre a mulher, o casamento e a família e outras por sentirem culpa e por olharem para a violência conjugal como um fracasso pessoal (Dias, 2004). Historicamente, existe uma base social a postular a subordinação da mulher na família (Dobash & Dobash, 1981, como citado em Matos, 2003) e há estereótipos culturais que enfatizam a normalidade da violência, a necessidade da

preservação da família custe o que custar e a crença de que a violência foi episódica e não se repetirá.

No entanto, ultrapassando esta perspectiva que defende a questão do gênero como muito relevante, existem estudos a mostrar elevados níveis de violência entre casais homossexuais, provando que existem factores de risco presentes tanto em casais heterossexuais como em casais homossexuais (West et al., 1998, como citado em Jasinki & Williams, 1998). Ou seja, haverá outros factores que têm uma influência de relevo na activação de registos relacionais conjugais violentos.

1.4. Perspectiva sistémica

Olhando com outras lentes para a violência conjugal, surge a perspectiva sistémica, segundo a qual a violência não pode ser atribuída, apenas, às características individuais dos seus protagonistas, mas também às características estruturais da vida familiar e do casamento (Dias, 2004).

Há um cada vez maior número de investigações a focar-se, especificamente, na caracterização da díade que ajudam a identificar e compreender as particularidades e que permitem diferenciar os casais com problema de violência daqueles que não o têm (Burman et al., 1993; Holtzworth-Munroe, 1988; Margolin et al., 1991; Rosenbaum et al., 1991; Vivian & Malone, 1997, como citado em Ronan et al., 2004). De acordo com a perspectiva diádica (e.g. Finkelhor, 1988; Straus & Gelles, 1990, como citado em Hydén, 1995) a origem da violência estabelece-se nas interações (Campbell & Landerburguer, 1995, como citado em Matos, 2003). Integrando esta perspectiva está a *teoria intergeracional da violência*, segundo a qual a exposição, na infância, à violência entre os pais predispõe à vitimação e perpetração da violência quando adultos (Desai et al., 2002; Tjaden & Thoennes, 2000; White & Chen, 2002, como citado em Caetano e tal., 2008). Estudos sugerem que a exposição à violência parental na infância aumenta o risco de vitimação da mulher quando adulta, na medida em que conduz a uma baixa auto-estima, além de que esta poderá aprender que o amor legitima a violência do companheiro (Straus, Kantor, & Moore, 1997). Assim, a vivência de violência na família de origem pode ser um factor de risco para a ocorrência de violência conjugal (Kantor & Jasinki, 1998). No entanto não há consensualidade nos estudos, já que outros indicam que os

filhos de pais violentos possuem uma taxa de risco de 1% de ser perpetradores de violência conjugal em relação aos filhos dos pais não violentos (Straus, Gelles, & Steinmetz, 1988, como citado em Johnson & Ferraro, 2000), o que indica a existência de factores mediadores entre a exposição à violência e a sua perpetração ou vitimação.

Outros estudos mais recentes referem que a violência na família de origem afecta sobretudo os rapazes na forma como estes resolvem os conflitos relacionais no futuro, já que tendem a entender como justificável a agressão no seio das relações amorosas, sendo as raparigas mais sensíveis ao impacto do conflito parental (Kinsfogel & Grych, 2004, como citado em Caridade, 2008).

A perspectiva sistémica descreve ainda os processos circulares e as sequências recursivas, sugerindo que os problemas são criados e/ou mantidos dentro de um contexto relacional, com cada membro do sistema participando de forma recíproca nas dificuldades, sendo que vítima e agressor desempenham papéis específicos na violência (Holtzworth-Munroe, et al., 1995, como citado em Wileman, 2000; Mack, 1989; Weitzman & Dreen, 1982, como citado em Greenspun, 2000). Assim, uma mudança no comportamento da mulher pode modificar as interações, no casal, que conduzem à violência, ou seja, a forma como ela reage a um acto de violência poderá detê-lo (McKeel & Sporkowski, 1993).

Perrone e Nannini (1997) definiram quatro premissas básicas relativas à dinâmica da violência intrafamiliar: a) é um fenómeno interrelacional; b) todos os envolvidos são “responsáveis”; c) todo o indivíduo adulto, com capacidade para viver de forma autónoma, deve garantir a sua segurança e, caso não o faça, está a contribuir e a estimular os comportamentos violentos do outro; d) todo o indivíduo pode ser violento, sendo que o desencadear de uma conduta violenta se integra num dado contexto ou interacção.

Para estes autores, há duas formas distintas de violência familiar: a violência agressão e a violência castigo. A violência agressão está associada a relações simétricas, nomeadamente à escalada simétrica resultante de uma procura de maior poder por cada um dos parceiros. A violência castigo enquadra-se numa relação complementar, verificando-se uma desigualdade no estatuto de cada um dos indivíduos, com o emissor a achar que deve agir

de forma violenta e o receptor a limitar-se a aceitar este tipo de relações. Esta perspectiva tem sido criticada pelos movimentos feministas que consideram que implica uma culpabilização da vítima e uma desresponsabilização do agressor (Hansen, 1993, como citado em Correia, 2008).

Walker (1984, como citado em Alarcão, 2006) refere que a compreensão da dinâmica da violência conjugal implica uma compreensão do seu carácter cíclico e intensidade crescente. O ciclo da violência contém três fases, na “fase da acumulação da tensão” há pequenos episódios de confronto entre os cônjuges que provocam um acumular de ansiedade e hostilidade; relativamente à “fase de episódio agudo” a tensão acumulada dá lugar à explosão da violência (de gravidade variável, que poderá ir do empurrão ao homicídio) e finalmente, surge a “fase de lua-de-mel” com o pedido de desculpas e a promessa de que a situação não se irá repetir. Com o tempo recomeçam os episódios de acumulação de tensão e recomeça-se o ciclo.

A perspectiva sistémica destaca o papel dos factores históricos, sociais, culturais e políticos na violência conjugal (Dobash & Dobash, 1979; Schechter, 1982; Walker, 1979; Yllö & Bograd, 1988, como citado em Hydén, 1995).

Assim, a violência conjugal surge num contexto cultural que “fornece” construções sociais legitimadoras da violência. Neste sentido, há uma desresponsabilização do agressor e uma culpabilização da vítima, assistindo-se, por exemplo, a uma estigmatização daquela(e) que tenta reorganizar a sua vida fora de um contexto íntimo abusivo (Ghez, 2001). Importa assim reflectir acerca dos factores que estruturam e sustentam as representações em torno deste fenómeno social.

1.5. Representações sociais em torno da violência conjugal

Moscovici (1972) começou por se referir às representações sociais enquanto um “mundo de opiniões”. Esta noção foi reformulada pelo autor, que considerou-as enquanto um conjunto de conceitos, proposições e explicações criado no quotidiano, no decurso da comunicação, integrando os mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais, podendo ainda ser vistas como uma versão actual do senso comum (Moscovici, 1972; Arruda,

2002).

As representações sociais estão conectadas de forma indiscutível com o comportamento, já que o influenciam (Moscovici, 1972), orientando os comportamentos e interações humanas (Moscovici, 1961, como citado em Vala, 2004).

São diversas as representações sociais em torno da violência conjugal, sendo uma delas, a de que este fenómeno acontece devido ao consumo de álcool. De facto, verifica-se que perante o abuso de substâncias há uma maior legitimação da violência conjugal, mesmo por parte de vítimas e agressores, que utilizam o consumo como algo que os desculpa. A mulher ao considerar que o comportamento violento deve-se ao álcool, tendencialmente não considera os comportamentos como graves ou violentos, justificando-os como não se tratando de verdadeira violência, uma vez que o marido não agrediu intencionalmente (Welzer-Lang, 1992, como citado em Casimiro, 2002). No entanto, apesar de existir esta representação social, importa ter presente que a violência conjugal também acontece quando não se verificam consumos (Campbell & Landerburger, 1995, como citado em Matos, 2003).

Os estudos de Nabi e Horner (2001) demonstraram que as vítimas tendem a minimizar mais facilmente os actos de pequena violência do que as não vítimas, o que poderá relacionar-se com o facto de considerarem que se tratam de actos normais e isolados.

Por outro lado, existe uma maior legitimação da violência perpetrada pelas mulheres, uma vez que se verifica uma tendência para assumir que uma chapada dada por uma mulher ao marido é algo fisicamente inofensivo (Eagly & Steffen, 1986; Greenblat, 1983, como citado em Straus et al., 1997).

Os estudos relativamente às representações sociais em torno da violência no namoro identificaram que as jovens inquiridas consideravam a intimidação como o motivo da violência exercida pelos homens, ao passo que os rapazes apontam as agressões como resposta às “provocações femininas” (Gagne & Lavoie, 1993 como citado em Machado et al., 2003). Estes autores, numa investigação realizada em Portugal com estudantes universitários, não verificaram diferenças de género significativas, quer quanto à vitimação quer quanto à perpetração de actos violentos. No entanto,

apuraram que os rapazes subscreveram mais as crenças sociais para justificar ou desculpabilizar a violência perpetrada nos relacionamentos amorosos (Machado et al., 2003). Isto poder-se-á relacionar com o facto de estes interpretarem os seus actos como não abusivos ou graves (Schiff & Zeira; Wekerle & Wolfe, 1999; Caridade, 2008).

Ainda relativamente à legitimação da violência, estudos de Machado (2005) mostraram que os sujeitos mais velhos possuem mais crenças legitimadoras da violência, o que se explica por terem sido expostos a mensagens legitimadoras da mesma.

Considerando que a representação acerca de um fenómeno é parte constitutiva do mesmo, “criando-o” de certa forma (Porto, 2006), depreende-se a importância de considerar este factor quando se estuda o fenómeno da violência conjugal, identificando os discursos sociais mais comuns na comunidade em geral.

II - Objectivos

As representações sociais assumem um papel fulcral na violência conjugal, quer por definirem as normas sociais pelas quais a comunidade se pauta, quer por modelarem o entendimento que as sociedades constroem acerca destas experiências (Fortune, 2001, como citado em Machado, Matos & Gonçalves, 2006). Assim, será pertinente estudar o fenómeno da violência conjugal no que respeita às representações que a população geral possui em torno do mesmo. A forma como a população aceita ou não a violência conjugal irá influenciar, directa ou indirectamente, o comportamento de agressores e vítimas.

O presente estudo tem como objectivo geral identificar as representações sociais que a população geral (de uma amostra de Conveniência recolhida em Portugal Continental e na Região Autónoma da Madeira) possui acerca da violência conjugal, bem como avaliar o modo como este fenómeno é mais ou menos legitimado.

Como objectivos específicos configuram-se: a) validar o Questionário de Violência Conjugal – Histórias (QRVC-HIS) e o Questionário de Violência Conjugal – Causas, Manutenção e Resolução (QVC-CMR) com uma amostra da comunidade em geral; b) identificar as atribuições que a população geral faz acerca dos factores de aparecimento,

Representações sociais em torno da violência conjugal. Estudo de validação do QRVC-HIS e do QVC-CMR com uma amostra da população geral

manutenção e resolução da violência conjugal e, c) analisar a influência de algumas variáveis socio-demográficas da amostra em estudo nas respostas aos instrumentos utilizados.

III - Metodologia

3.1. Caracterização da amostra

A recolha de dados para o estudo foi realizada de acordo com um processo de amostragem não-probabilística de conveniência (Maroco, 2007), recolhida entre finais de Janeiro de 2010 e finais de Abril de 2010.

Dos questionários distribuídos resultou uma amostra de 276 sujeitos, sendo 138 de Portugal Continental e os restantes 138 da Região Autónoma da Madeira. Desta amostra, 197 (71.4%) correspondem ao sexo feminino e 79 (28.6%) ao sexo masculino. A sub-amostra “Portugal Continental” inclui 99 sujeitos do sexo feminino e 39 do sexo masculino. Relativamente à “Região Autónoma da Madeira”, 98 sujeitos correspondem ao sexo feminino e 40 ao sexo masculino.

A idade dos sujeitos varia entre os 18 anos (idade mínima) e os 72 anos (idade máxima), situando-se a média nos 35 anos (DP= 11.61); a maioria dos sujeitos encontra-se entre os 18 e os 36 anos de idade (Tabela 1).

Tabela 1. Distribuição dos sujeitos por idade

	N	%
18 - 24	68	24.6
25 - 30	43	15.6
31 - 36	38	13.8
37 - 42	41	14.9
43 - 48	48	17.4
49 - 54	24	8.7
55 - 60	11	3.9
61 - 66	1	0.4
67 - 72	2	0.7
Total	276	100.0

Relativamente ao estado civil, verifica-se (Tabela 2) que os sujeitos se distribuem quase equitativamente entre as opções “solteiro” e “casado ou união de facto”. Assim, 41.3% (n=114) dos sujeitos são solteiros, 53.3%

(n=147) são casados ou a viver em união de facto, 2.9% (n=8) são divorciados ou separados, 2.2% (n=6) são viúvos e 0.4% (n=1) é recasado.

Tabela 2. Distribuição dos sujeitos por estado civil

	N	%
Solteiro	114	41.3
Casado ou união de facto	147	53.3
Divorciado/separado	8	2.9
Viúvo	6	2.2
Recasado	1	.4
Total	276	100.0

No que concerne ao local de residência, o predominantemente urbano é o que reúne maior número de sujeitos, 54.3% (n=150), os sujeitos a viver em meio medianamente urbano são 19.2% (n=53) e no meio predominantemente rural são 26.4% (n=73) (Ver Tabela 3, Anexo 2/a).

Relativamente à profissão, verificou-se que a amostra se distribui, fundamentalmente, por quatro grupos de profissões, técnicos de nível intermédio (21.4%, n=59), pessoal administrativo (17.4%, n=48), serviços e vendedores (20.7%, n=57) e estudantes (22.5%, n=62) (Ver Tabela 1, Anexo 2/a). No que concerne às habilitações académicas dos participantes, 30,4% têm o 12º ano (n=84), 34.1% possuem licenciatura (n=94), 12.3% têm o 9º ano (n=34) e 8.0% têm a 4ª classe (n=22) (Ver Tabela 2, Anexo 2/a).

Há uma distribuição relativamente equitativa entre os que têm filhos (55.1%, n=152) e os que não têm (44.9%, n=124).

Na amostra, 57.2% (n=158) das pessoas conhecem casos de violência conjugal, enquanto 42.8% (n=118) referiram não conhecer situações de violência conjugal.

Dos sujeitos que responderam conhecer casos de violência conjugal, a maior percentagem situa-os na família alargada (n=24, 8.7%), seguindo-se o conhecimento na família nuclear (n=23, 8.3%), nos vizinhos (n=22, 8.0%) e nos amigos (n=20, 7.2%) (Ver Tabela 6, Anexo 2/b).

Relativamente aos sujeitos que viveram violência conjugal, 8.3% (n=23) reportam-se como vítimas e apenas um (0.4%) viveu em ambas as condições, como vítima e agressor. Metade (n=12, 50.0 %) dos sujeitos que

vivenciou VC partilhou e a outra metade não o fez. Verifica-se que 45.8% (n=11) pediram ajuda e os outros 54.2% (n=13) não pediram ajuda.

No que concerne à denúncia, 66.7% (n=16) dos sujeitos não denunciou a situação, 12.5% (n=3) denunciou à APAV, 1 denunciou à GNR e 16.7% (n=4) fez denúncia à PSP (Ver Tabela 10, Anexo 2/c). 3.3% (n = 9) dos sujeitos responderam terem vivido violência no namoro e os restantes 96.7% (n = 267) referiram que não a viveram.

3.2. Instrumentos utilizados

O protocolo de avaliação administrado é constituído por três questionários de auto-resposta, cujo objectivo é avaliar as representações da população geral relativamente à violência conjugal. Esta aplicação foi precedida do preenchimento de uma ficha sócio-demográfica para efeitos de caracterização da amostra (ver Anexo 1/c).

3.2.1. Questionário de Violência Conjugal – Histórias (QRVC-HIS)

O Questionário de Violência Conjugal – Histórias (QRVC-HIS) (Alarcão, Alberto, Camelo, & Correia, 2007)³ é composto por três histórias de violência conjugal. Cada história é seguida de dez afirmações, sendo solicitado ao respondente que indique o seu grau de concordância com cada uma das afirmações, de acordo com uma escala de *Likert* de 4 pontos (1= Discordo Plenamente; 2= Discordo; 3=Concordo; 4=Concordo Plenamente. A resposta “Discordo Plenamente” encontra-se associada a uma menor legitimação da violência. Com as três histórias é pretendido identificar as diferentes representações dos sujeitos, relativamente à legitimação ou banalização da problemática em estudo.

A construção das três histórias assentou em pressupostos teóricos, emergentes na literatura, acerca das diferentes leituras relativas à dinâmica da violência no casal, às suas causas e consequências, assim como na experiência clínica das autoras. Na elaboração das histórias foram considerados cinco factores teóricos: a) legitimação e/ou banalização da violência conjugal; b) legitimação/justificação da violência pela conduta da vítima; c) legitimação/justificação da violência por factores externos (*stress*,

³ Ver Anexo 1/d.

consumo álcool...); d) desvalorização/aceitação da violência em favor da privacidade/coesão familiar; e) (im) possibilidade de atribuição da violência ao agressor em função do seu estatuto social, económico e escolaridade.

Relativamente à consistência interna do QRVC-HIS, o estudo de Correia (2008) com uma amostra de profissionais de justiça (advogados, magistrados, auditores de justiça e estudantes de direito) obteve um coeficiente *alpha de Cronbach* de 0.95 e Camelo (2009), no seu estudo com profissionais das CPCJs obteve um valor do *alpha de Cronbach* de 0.94 evidenciando assim uma boa consistência interna. No presente estudo, o coeficiente *alpha de Cronbach* obtido ($\alpha = .947$) mostra uma consistência interna elevada. O valor médio do índice total é de 48.13 (DP= 13.264).

A consistência interna para as três histórias⁴, separadamente, também obteve valores elevados, com $\alpha = .845$ na “História 1”, $\alpha = .906$ na “História 2” e $\alpha = .888$ na “História 3”. Verificou-se que todos os itens apresentam correlações elevadas com o total do questionário, sendo a correlação mais baixa de 0.429, indicando que a retirada de qualquer item do questionário não influenciaria a consistência interna (Anexo 3/b).

Procedeu-se à correlação de *Spearman* para estimar a correlação entre as Histórias e o QRVC-HIS total (Ver Tabela 3), obtendo-se correlações estatisticamente significativas e elevadas entre as três histórias e entre estas e o Total.

Para a validade de constructo, realizou-se uma análise factorial, sendo que o coeficiente *Kaiser-Mayer-Olkin* ($KMO = .930$) mostra que a amostragem é suficientemente adequada e o índice de esfericidade de *Bartlett* ($X^2 = 4527.088$; $p < 0.001$, $n = 435$ g.l) indica que a *matrix* das intercorrelações dos 30 itens que compõem o QRVC-HIS é significativamente diferente de uma *matrix* de identidade, sendo adequado proceder à análise factorial (Anexo 3/c).

No entanto, constatou-se que os itens saturavam fortemente no primeiro factor, não ficando clara a dimensão que representavam, dado que pareciam abranger uma diversidade de condições (Anexo 3/d). Assim, considerou-se mais prudente apresentar os resultados do questionário para os 30 itens totais (“História total”) e para os itens de cada uma das histórias (“História 1”; “História 2” e “História 3”), abandonando, por enquanto, os

⁴ Anexo 3/a.

factores.

3.2.2. Escala de Crenças sobre Violência Conjugal (ECVC)

A Escala de Crenças sobre Violência Conjugal (ECVC) (ver Anexo 2/e) foi desenvolvida em 2000 por Machado, Matos e Gonçalves (Machado, Matos, & Gonçalves, 2008) e avalia a legitimação da violência conjugal.

Os 25 itens são cotados de acordo com uma Escala de *Likert* de 5 pontos (1= Discordo plenamente e 5= Concordo totalmente). A pontuação total é obtida através do somatório directo das repostas a cada item e permite medir o grau de tolerância relativo à violência conjugal (física e/ou emocional).

Em 2004, a ECVC foi administrada a uma amostra representativa de famílias da região Norte, composta por 2391 sujeitos com idades compreendidas entre os 20 e os 67 anos, 1057 do sexo masculino e 1334 do sexo feminino. A estrutura factorial, anteriormente identificada, foi replicada neste estudo, no entanto, a ordem dos factores sofreu algumas alterações. Assim, *legitimação e banalização da pequena violência* (16 itens), explica 40,2% da variância, *legitimação da violência pela conduta da mulher* (10 itens), explica 7.1% da variância; *legitimação da violência pela atribuição a causas externas* (8 itens) explica 4.4% da variância e *legitimação da violência pela privacidade da família* (6 itens), explica 4.2% da variância (Machado et al., 2008).

No que toca às qualidades psicométricas da ECVC, Machado e colaboradores (2008) encontraram um *alpha de Cronbach* elevado de 0.93, Correia (2008) refere um *alpha de Cronbach* de 0.93 e Camelo (2009) verificou, igualmente, um nível elevado de consistência interna dado pelo valor do *alpha de Cronbach* de 0.91.

No presente estudo, registou-se uma elevada consistência interna, com um coeficiente *alpha de Cronbach* de 0.935⁵, sendo a média de resposta ao ECVC de 42.97 (DP=13.268).

Uma vez que o QRVC-HIS e a ECVC são dois instrumentos que partilham o objectivo de avaliar as crenças em torno da violência conjugal, recorreu-se à correlação de *Spearman* para estimar a correlação entre os dois instrumentos. Verificou-se a existência de uma correlação estatisticamente

⁵ Anexo 4/a.

significativa e elevada entre os dois instrumentos ($r_{(234)}=.774$; $p<.005$) (Ver Tabela 3), o que vem estabelecer a validade convergente dos dois instrumentos.

Tabela 3. Coeficiente de correlação de Spearman entre o total e as Histórias do QRVC-HIS e a ECVC

		Hist. 1	Hist. 2	Hist. 3	Hist.Total	Ecvc Total
	Coeficiente		.746**	.693**	.883**	.726**
Hist. 1	Sig.		.000	.000	.000	.000
	N		239	239	237	238
	Coeficiente			.705**	.924**	.676**
Hist. 2	Sig.			.000	.000	.000
	N			271	237	271
	Coeficiente				.878**	.733**
Hist. 3	Sig.				.000	.000
	N				237	270
Hist.tot	Coeficiente					.774**
al	Sig.					.000
	N					234

3.2.3. Questionário de Violência Conjugal – Causas, Manutenção e Resolução (QVC-CMR)⁶

O Questionário de Violência Conjugal – Causas, Manutenção e Resolução (QVC-CMR) (Alarcão, Alberto, Camelo, & Correia, 2007) é composto por três conjuntos de afirmações relativos a factores que contribuem para que surja a violência, para que esta se mantenha e para a sua resolução. Cada grupo de factores é constituído por catorze afirmações, sendo solicitado ao respondente que indique o seu grau de concordância com cada uma das afirmações, de acordo com uma escala de *Likert* de 4 pontos (1= Discordo completamente e 4= Concordo completamente). As afirmações presentes em cada um dos conjuntos de factores podem ser agrupadas em três condições: a) relacionadas com o agressor, b) associadas à vítima e c) relativas ao contexto (filhos, família e sociedade).

No que concerne às qualidades psicométricas do QVC-CMR,

⁶ Ver Anexo 1/f.

obteve-se para o **factor de activação** (14 *itens*) um *alpha de Cronbach* de 0.878 e um valor total médio de 34.14 (DP=6.578). O **factor de manutenção** obteve um *alpha de Cronbach* de 0.830 e um valor total médio de 40.30 (DP=5.452), enquanto o **factor de resolução** revelava, à semelhança dos outros dois factores, um *alpha de Cronbach* elevado de 0.840 e um valor médio total de 43.10 (DP=5.645) (Anexo 5/a).

Ao analisar o primeiro factor, observou-se que a correlação mais baixa entre *item* e factor foi de 0.441 correspondente ao *item* onze, “antecedentes de violência na família de origem do agressor e/ou da vítima”. Relativamente ao segundo factor, verificou-se que o *item* com a correlação mais baixa foi de 0.317 e no terceiro factor todos os *itens* apresentam correlações elevadas, sendo a mais baixa de 0.303; todavia, verificou-se que a retirada destes *itens* não iria melhorar significativamente a consistência interna (Anexo 5/b).

3.3. Procedimentos Estatísticos

Com o objectivo de analisar a distribuição das respostas aos instrumentos nas duas sub-amostras do estudo, recorreu-se ao teste de *Kolmogorov-Smirnov*. Verifica-se que os valores se aproximam de uma distribuição normal para os sujeitos do sexo masculino nos itens da “História 2” ($K-S_{(79)}=0.082$; $p=0.200$) e da “História Total” ($K-S_{(79)}=0.083$; $p=0.200$).

As restantes sub-amostras na “História 1”, “História 2”, “História 3” e “História Total” não seguem uma distribuição normal, violando os pressupostos da normalidade da distribuição (Ver Anexo 6).

Relativamente ao pressuposto da homogeneidade das variâncias, cuja avaliação foi realizada tendo por base o teste de *Levene*, verifica-se que é violado na “História 1” ($F=-2.470$; $p=0.020$) e na “História 3” ($F=-2.859$; $p=0.034$).

Tabela 4. Teste da homogeneidade da variância para o QRVC-HIS

	<i>F</i>	Sig.
História 1	-2.470	.020
História 2	-.458	.957
História 3	-2.859	.034
História total	-2.144	.110

Na ECVC constatou-se que o pressuposto da normalidade é violado na amostra geral, uma vez que os níveis de significância são inferiores a .05 (ver Tabela 26, Anexo 6). No que concerne ao pressuposto da homogeneidade das variâncias, cuja avaliação foi feita tendo por base o teste de *Levene*, verifica-se que o mesmo é violado ($F= -3.359$; $p=.002$).

Para o QVC-CMR verificou-se que existe uma distribuição normal para os sujeitos do sexo masculino nos *itens* dos “Factores de Activação” ($K-S_{(79)}=0.080$; $p=0.200$) e dos “Factores de Resolução” ($K-S_{(79)}=0.099$; $p=0.091$). Os restantes factores não seguem uma distribuição normal, uma vez que os níveis de significância são inferiores a .05.

Tabela 5. Teste da homogeneidade da variância para o QVC-CMR

	<i>F</i>	<i>Sig.</i>
Factores de activação	1.646	.156
Factores de manutenção	3.275	.742
Factores de resolução	2.652	.984

Tendo em conta os objectivos previamente delineados e explanados, recorrer-se-á à análise descritiva dos dados recolhidos e aos testes não paramétricos (*U de Mann-Whitney* e *Kruskal-Wallis*), dado não se verificar o cumprimento dos pressupostos de normalidade da distribuição e da homogeneidade da variância nas sub-amostras estudadas. O teste *U de Mann-Whitney* possibilita a comparação entre as distribuições de uma variável em duas amostras independentes e o teste de *Kruskal-Wallis* possibilita testar se duas ou mais amostras pertencem a populações iguais ou diferentes ou se são de populações com a mesma distribuição (Maroco, 2007).

A análise estatística, dos dados recolhidos no estudo, foi efectuada com o recurso ao *software Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) versão 17.0 para Windows.

IV - Resultados

Começa-se por analisar os dados referentes às respostas aos QRVC-HIS e à ECVC. De seguida serão analisadas as causas, os factores de manutenção e de resolução da violência conjugal com maior e menor concordância. Por último, analisar-se-ão as variáveis sócio-demográficas e a Representações sociais em torno da violência conjugal. Estudo de validação do QRVC-HIS e do QVC-CMR com

uma amostra da população geral

Rute Aguilar (ruteaguilar@hotmail.com) 2010

sua influência nas respostas dos sujeitos.

4.1. Representações sociais em torno da violência conjugal

Dado verificar-se a violação dos pressupostos da normalidade da distribuição e da homogeneidade das variâncias, optou-se pelos testes não-paramétricos (*U de Mann-Whitney*). Relativamente à influência da variável “região – Continente vs Madeira” nas respostas aos QRVC-HIS, obtiveram-se diferenças estatisticamente significativas entre as duas sub-amostras em todas as histórias do QRVC-HIS e na ECVC (Ver Tabela 6). Através da análise das médias (Tabela 7) é possível constatar que a amostra de “Portugal Continental” apresenta os valores menos legitimadores da violência conjugal comparativamente à amostra da “Madeira”, cujos resultados indicam maior legitimação.

Tabela 6. Comparação dos índices obtidos no QRVC-HIS e na ECVC em função da variável “região” (Teste *U de Mann-Whitney*)

	Hist. Total	Hist. 1	Hist. 2	Hist. 3	EcvcTotal
<i>Mann-Whitney U</i>	4919.00	6068.00	6687.50	6899.50	7045.50
<i>Wilcoxon W</i>	11247.0	12509.0	16278.5	16352.5	16636.5
Sig	.000	.030	.000	.000	.000

Tabela 7. Análise descritiva das respostas aos QRVC-HIS e à ECVC.

		História 1 (10 itens)	História 2 (10 itens)	História 3 (10 itens)	História Total (30 itens)	ECVC Total (25 itens)
Portugal	M	14.04	16.60	14.26	44.90	40.71
Continental	DP	3.514	5.308	4.368	11.916	11.545
Madeira	M	15.70	19.42	17.04	52.16	46.16
	DP	5.150	5.525	5.503	14.476	14.960
População	M	14.91	18.07	15.71	48.69	43.55
geral (Total)	DP	4.511	5.592	5.173	13.772	13.682

A análise descritiva das respostas nas duas sub-amostras aos 30 *itens* do QRVC-HIS mostra que a média de respostas varia entre o 1 (“discordo completamente”) e o 2 (“discordo”). Ao analisar pormenorizadamente é possível constatar que a população de “Portugal Continental” apresenta valores menos legitimadores da violência conjugal e a população da

Representações sociais em torno da violência conjugal. Estudo de validação do QRVC-HIS e do QVC-CMR com uma amostra da população geral

“Madeira” apresenta os valores mais legitimadores da violência conjugal. Constatase ainda que as médias são mais baixas em relação à “História 1” e mais altas na “História 2”. Relativamente à ECVC, verifica-se que a média de respostas à escala situa-se entre o 1 (“discordo totalmente”) e o 2 (“discordo”) para os três grupos (Ver Tabela 7).

4.2. Causas, factores de manutenção e factores de resolução da violência conjugal

Os resultados obtidos pelas duas sub-amostras no QVC-CMR mostra que a Madeira obtém nas **causas da violência conjugal** uma média estatisticamente mais elevada que a amostra de “Portugal Continental”.

Tabela 8. Comparação dos índices obtidos no QVC-CMR em função da variável “região” (Teste *U* de Mann-Whitney)

	Causas	Manutenção	Resolução
<i>Mann-Whitney U</i>	7173.000	9156.000	9177.000
<i>Wilcoxon W</i>	16764.000	18747.000	18768.000
Asymp.	.001	.580	.752

Ao analisar os dados do QVC-CMR, foram ainda tomados como referência os três *itens* de cada factor com a percentagem mais elevada e mais baixa de concordância, quer nas duas sub-amostras, quer na amostra geral.

Relativamente às **causas da violência conjugal**, as duas sub-amostras, “Madeira” e “Portugal Continental”, apresentam o maior grau de concordância nos *itens* “antecedentes de violência na família de origem do agressor e/ou da vítima” (68.1% e 68.8%, respectivamente) bem como a “doença mental do agressor” (67.4% e 73.0%, respectivamente). Importa notar que a sub-amostra de “Portugal Continental” aponta como primeira causa os “antecedentes de violência nas respectivas famílias de origem” e o grupo da “Madeira” indica em primeiro lugar a “doença mental do agressor”. A terceira causa da violência conjugal a reunir maior concordância para o sub-grupo de “Portugal Continental” foi a “luta de poder entre os membros do casal” (65.2%) e no sub-grupo da “Madeira” aparece o “consumo de álcool ou drogas por parte do agressor” (69.4%) (Ver Tabela 28, Anexo 7/a).

Analisando a amostra global, as três causas da violência conjugal

mais apontadas, com maior concordância, são a “doença mental do agressor” (70.2%), “antecedentes de violência na família de origem do agressor e/ou vítima” (68.5%) e “consumos de álcool ou drogas por parte do agressor” (61.9%).

Quanto às causas que obtiveram maior discordância, o *item* “problemas/dificuldades criadas pelos filhos” foi o menos assinalado pela amostra geral (66.6%), seguindo-se o “comportamento provocador da vítima” (60.2%) e a “interferência de outros familiares” (60.1%). Para o sub-grupo “Portugal Continental”, as causas a reunir maior discordância foram o “comportamento provocador da vítima” (60.2%), “problemas/dificuldades criadas pelos filhos” (58.0%) e a “doença mental da vítima” (54.8%). Quanto ao sub-grupo “Madeira”, as causas com maior discordância foram, decrescentemente, “problemas/dificuldades criadas pelos filhos” (75.3%), “comportamento provocador da vítima” (69.6%) e “interferência de outros familiares” (69.5%) (Anexo 7/a).

No que concerne aos **factores de manutenção da violência conjugal**, as duas sub-amostras, “Portugal continental” e “Madeira” consideram como primeiro factor de manutenção, a “ausência de denúncia da violência conjugal” (91.3% e 91.3%, respectivamente). A amostra global também reuniu a mesma percentagem de concordância para o supracitado factor (91.3%). A sub-amostra “Portugal Continental” apontou duas causas em segundo lugar, a “falta de confiança na eficácia da justiça” e “promessas de mudança por parte do agressor” (83.3%). Para a sub-amostra “Madeira” e para a amostra global a segunda causa a reunir maior concordância foi a “falta de confiança na eficácia da justiça” (88.4% e 85.9%, respectivamente). O *item* que obteve a terceira maior percentagem de concordância nas duas sub-amostras e na amostra global é o “medo de retaliações por parte da vítima” (82.6%, 87.0% e 84.7%, respectivamente).

Quanto ao *item*, dos factores de manutenção, a reunir maior grau de discordância, na amostra global e na sub-amostra “Portugal Continental” foi a “ameaça de suicídio por parte do agressor” (42.4% e 50.7%, respectivamente). A amostra global discordou ainda dos factores “existência de filhos” (38.1%) e “interferência de outros familiares” (33.6%).

A sub-amostra de “Portugal Continental” apresentou valores de discordância ainda nos *itens* “valorização da união familiar” (37.7%) e

“existência de filhos” (36.2%). Para a sub-amostra “Madeira”, os *itens* que apresentaram maior grau de discordância foram a “existência de filhos” (39.8%), “a ameaça de suicídio por parte do agressor” (34.1%) e a “interferência de outros familiares” (31.9%) (Anexo 7/b)

Nos **factores de resolução**, os *itens* mais apontados pelas duas sub-amostras, “Portugal Continental” e “Madeira, foram “estimular a denúncia das situações de violência” (97.9% e 93.5%, respectivamente) e “sensibilizar/educar os jovens, na escola, para que não aceitem a violência na relação de namoro ou de casal” (97.8% e 94.9, respectivamente). A sub-amostra “Portugal Continental” ainda assinalou como um dos factores de resolução “proteger a vítima e os filhos, se os houver” (94,9%) e a sub-amostra “Madeira” apontou como terceiro factor de resolução, “informar mais a população geral sobre as consequências da violência conjugal” (93.4%). Os *itens* dos factores de resolução da violência conjugal com os quais existiu maior concordância na amostra global, de forma decrescente, foram “sensibilizar/educar os jovens, na escola, para que não aceitem a violência na relação de namoro ou de casal” (96.3%), “estimular a denúncia das situações de violência” (95.6%) e “proteger a vítima e os filhos, se os houver” (93.8%).

O *item* com maior discordância, tanto para a amostra global como para sub-amostra da “Madeira”, foi “aumentar os direitos da mulher” (46.1% e 46.3%, respectivamente). O segundo *item* a reunir menor concordância, para as mesmas duas amostras, foi “melhorar as condições sócio-económicas das famílias” (44.5% e 41.3%, respectivamente); sendo o terceiro *item* a obter maior discordância “estimular a separação/divórcio” (33.0% e 36.2%, respectivamente). Os *itens* dos factores de resolução que obtiveram maior discordância na sub-amostra de “Portugal Continental” foram, decrescentemente, “melhorar as condições sócio-económicas das famílias” (47.8%), “aumentar os direitos da mulher” (45.7%) e “aumentar os tempos de lazer das famílias” (35.5%) (Anexo 7/c).

4.3. Variáveis sócio-demográficas e representações sociais em torno da violência conjugal

Na análise da variável “sexo”, verifica-se que não existem diferenças significativas nas respostas dadas à “História Total”, “História 2”, “História

3” bem como nas causas do QVC-CMR. No entanto, encontram-se diferenças significativas nas respostas à “História 1”, à ECVC, aos Factores de manutenção e aos factores de resolução. Ao analisar as médias conclui-se que o sexo masculino apresenta valores mais legitimadores da violência conjugal na “História 1” e na ECVC (Tabela 9). Nos Factores de manutenção e de resolução do QVC-CMR, onde existem diferenças estatisticamente significativas, constata-se que há uma maior média para os sujeitos do sexo feminino (n=197) e uma menor média para os sujeitos do sexo masculino (n=79).

Tabela 9. Representações sociais (QRVC-HIS;ECVC; QVC-CMR) e variável “género” (Teste U de Mann-Whitney)

	Hist. Total	Hist.1	Hist.2	Hist.3	Ecvc Total	Causas	Manut.	Resolu
<i>Mann-Whitney U</i>	5033.0	4891.0	7539.5	6024.0	5726.0	6746.5	5891.0	5941.0
<i>Wilcoxon W</i>	0	0	0	0	0	0	0	0
<i>Asymp.</i>	19061.0	19597.0	26649.0	24939.0	24836.0	9827.5	9051.0	9022.0
	0	0	5	0	0			
	.092	.025	.783	.005	.001	.145	.002	.004

Relativamente à variável “idade” e à sua influência nas respostas dos sujeitos ao QRVC-HIS, à ECVC e ao QVC-CMR, observaram-se diferenças estatisticamente significativas em todas as histórias e no índice total do QRVC-HIS (Tabela 10).

Ao observar as médias de resposta, constata-se que para todas as histórias do QRVC-HIS, os sujeitos com idades compreendidas entre os 49 e os 54 anos (n=24) apresentaram as médias de resposta mais elevadas o que, consequentemente, poderá indicar uma maior legitimação da violência conjugal por parte desta faixa etária. Relativamente aos sujeitos com a média de resposta mais baixa, sugerindo uma menor legitimação, encontram-se na faixa etária entre os 31 e os 36 anos de idade (n=38).

Tabela 10. Representações sociais (QRVC-HIS;ECVC; QVC-CMR) e variável “idade” (Teste Kruskal-Wallis)

	Hist. Total	Hist.1	Hist.2	Hist.3	Ecvc Total	Causas	Manut.	Resolu
--	-------------	--------	--------	--------	------------	--------	--------	--------

<i>Chi-Square</i>	16.208	14.074	17.378	14.537	12.653	8.684	5.787	9.066
<i>df</i>	8	8	8	8	8	8	8	8
<i>Asymp.</i>	.039	.080	.026	.069	.124	.370	.671	.337

Na análise da influência da variável “profissão” no QRVC-HIS e na ECVC, registaram-se diferenças estatisticamente significativas. Para o “QRVC-HIS Total”, o grupo “serviços e vendedores” (n=57) apresentou o valor mais legitimador e os estudantes (n=62) apresentaram o valor menos legitimador da violência conjugal (Tabela 11).

Relativamente à “História 1”, o grupo “máquinas e montagens” (n=3) parece legitimar mais a violência conjugal enquanto as profissões “intelectuais e científicas” (n=16) legitimam menos. Na “História 2”, o grupo a legitimar mais a violência conjugal foi o das “máquinas e montagens” (n=3) e os “técnicos de nível intermédio” (n= 59) apresentaram o valor menos legitimador. Na “História 3”, há uma maior legitimação da violência conjugal por parte do grupo “máquinas e montagens” (n=3), correspondendo a menor legitimação aos estudantes (n=62). Relativamente à ECVC, há uma maior legitimação por parte do grupo “máquinas e montagens” (n=3) e o valor menos legitimador da violência conjugal foi obtido pelos “técnicos de nível intermédio” (n=59).

Para o QVC-CMR não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas.

Obtiveram-se diferenças estatisticamente significativas em função da variável “escolaridade” no QRVC-HIS e na ECVC, com os sujeitos com a 4ª classe (n=22) a legitimarem mais a violência conjugal e os sujeitos com licenciatura (n=94) a legitimarem menos (Tabela 12).

Tabela 11. Representações sociais (QRVC-HIS;ECVC; QVC-CMR) e variável “profissão” (Teste *Kruskal-Wallis*)

	Hist. Total	Hist. 1	Hist.2	Hist.3	Ecvc Total	Causas	Manut.	Resolu.
<i>Chi-Square</i>	21.691	17.979	23.272	25.567	29.507	7.966	6.224	8.051
<i>df</i>	9	9	9	9	9	9	9	9
<i>Asymp.</i>	.010	.035	.006	.002	.001	.538	.717	.529

Apesar de os sujeitos com bacharelato e mestrado também apresentarem valores a indicar a não legitimação da violência conjugal, optou-se por não referi-los, dado que representam um número pouco significativo na amostra. Para o QVC-CMR não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas.

Tabela 12. Representações sociais (QRVC-HIS;ECVC; QVC-CMR) e variável “escolaridade” (Teste *Kruskal-Wallis*)

	Hist. Total	Hist. 1	Hist.2	Hist.3	Ecvc Total	Causas	Manut.	Resolu.
<i>Chi-Square</i>	26.750	21.035	31.926	24.925	38.848	13.403	7.642	4.121
<i>df</i>	8	8	8	8	8	8	8	8
<i>Asymp. Sig.</i>	.001	.007	.000	.002	.000	.099	.469	.846

No que concerne à variável “estado civil” e às respostas dos respondentes ao QRVC-HIS, à ECVC e ao QVC-CMR não se verificaram diferenças estatisticamente significativas (Tabela 13).

Tabela 13. Representações sociais (QVC-HIS;ECVC; QVC-CMR) e variável “estado civil” (Teste *Kruskal-Wallis*)

	Hist. Total	Hist. 1	Hist.2	Hist.3	Ecvc Total	Causas	Manut.	Resolu.
<i>Chi-Square</i>	6.456	1.849	5.432	6.266	5.361	9.150	5.845	8.706
<i>df</i>	4	4	4	4	4	4	4	4
<i>Asymp.</i>	.168	.763	.246	.180	.252	.057	.211	.069

Quanto à variável “local de residência”, não se obtiveram diferenças estatisticamente significativas para as respostas ao QRVC-HIS e ao QVC-CMR. A ECVC apresenta uma diferença estatisticamente significativa, com os sujeitos da área predominantemente rural (n=73) a indicar uma maior legitimação da violência conjugal e os sujeitos do meio medianamente urbano (n=150) a apresentarem uma menor legitimação da violência conjugal (Tabela 14).

Tabela 14. Representações sociais (QRVC-HIS;ECVC; QVC-CMR) e variável “local de residência” (Teste *Kruskal-Wallis*)

	Hist. Total	Hist.1	Hist. 2	Hist. 3	Ecvc Total	Causas	Manut.	Resolu.
<i>Chi-Square</i>	2.852	3.654	.956	1.968	10.605	.844	.509	.570
<i>df</i>	2	2	2	2	2	2	2	2
<i>Asymp.</i>	.240	.161	.620	.374	.005	.656	.775	.752

Considerando o “conhecimento de casos de violência conjugal”, verificam-se diferenças estatisticamente significativas na “História 2” (Tabela 15) com maior legitimação por parte os sujeitos que não conhecem casos de violência conjugal (n=118) e menor legitimação por parte dos sujeitos que conhecem algum caso de violência conjugal (n=158). Nas restantes histórias do QRVC-HIS, na ECVC e no QVC-CMR não se registraram diferenças estatisticamente significativas.

Tabela 15. Representações sociais (QRVC-HIS;ECVC; QVC-CMR) e variável “conhecimento de violência conjugal” (Teste *U de Mann-Whitney*)

	Hist. Total	Hist.1	Hist.2	Hist.3	Ecvc Total	Causas	Manut	Resol u.
<i>Mann-Whitney U</i>	6384.00	6891.50	7858.50	8423.00	8975.00	9095.00	9302.00	9117.50
<i>Wilcoxon W</i>	11949.0	12562.5	14761.5	15444.0	15645.0	15998.0	16323.0	21520.5
<i>Sig.</i>	.297	.622	.040	.262	.864	.962	.976	.918

No que concerne à variável “quais os casos de violência conjugal que conhece” obtêm-se diferenças estatisticamente significativas para os factores de resolução do QVC-CMR (Tabela 16). Ao observar a média de respostas constata-se uma média mais alta, indicando maior legitimação, nos sujeitos que indicaram conhecer casos de violência conjugal nos seus colegas (n=8).

Relativamente ao QRVC-HIS, à ECVC e aos restantes factores do QVC-CMR não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas.

Tabela 16. Representações sociais (QRVC-HIS;ECVC; QVC-CMR) e variável “quais os casos de violência conjugal que conhece” (Teste de *Kruskall-Wallis*)

	Hist. Total	Hist.1	Hist.2	Hist.3	Ecvc Total	Causas	Manut.	Resolu.
<i>Chi-Square</i>	3.295	2.060	6.384	5.044	.854	4.500	10.407	15.434
<i>df</i>	6	6	6	6	6	6	6	6
<i>Sig</i>	.771	.914	.382	.538	.991	.609	.109	.017

A variável “viveu violência conjugal” não parece influenciar as respostas dadas ao QRVC-HIS, à ECVC e ao QVC-CMR (Tabela 17).

Tabela 17. Representações sociais (QRVC-HIS;ECVC; QVC-CMR) e variável “viveu violência conjugal” (*Mann-Whitney U*)

	Hist. Total	Hist.1	Hist.2	Hist.3	Ecvc Total	Causas	Manut.	Resolu.
<i>Mann-Whitney U</i>	2.388	1.849	2.499	2.516	1.273	1.343	2.255	.687
<i>Sig.</i>	.122	.174	.114	.113	.259	.246	.133	.407

Quanto à variável “viveu violência no namoro”, constata-se diferenças estatisticamente significativas na “História 2” e nos Factores de resolução (Tabela 18). A análise das médias de respostas permite verificar que há uma maior legitimação da violência conjugal por parte das pessoas que já foram vítimas de violência no namoro (n=9) e uma menor legitimação por parte daquelas que não foram vítimas (n=267). No entanto, é necessária precaução na interpretação destes dados já que as vítimas são apenas 9 sujeitos. Importa ainda assinalar que as vítimas de violência no namoro apresentam uma maior média relativamente aos valores do factor de resolução do QVC-CMR, em relação aos sujeitos que não foram vítimas de violência no namoro.

Tabela 18. Representações sociais (QRVC-HIS;ECVC; QVC-CMR) e variável “vivência de violência no namoro” (Teste *U de Mann-Whitney*)

	His. Total	Hist.1	Hist.2	Hist.3	Ecvc Total	Causas	Manut	Resolu.
<i>Mann-Whitney U</i>	622.000	742.50	686.0	888.5	818.0	1106.5	1167.	588.00
		0	00	00	00	0	50	0

<i>Wilcoxon</i>		27770.	35931	36133	36063	36086.	36945	35833.
<i>W</i>	26957.0	5	.0	.5	.0	5	.5	0
<i>Sig.</i>	,123	,139	,030	,433	,271	,726	,885	,010

Na variável “denúncia” dos casos de violência conjugal quando a vivenciaram, verificam-se diferenças estatisticamente significativas na “História 1”, sendo que nas restantes histórias do QRVC-HIS, na ECVC e no QVC-CMR não se verificam diferenças estatisticamente significativas. Analisando a média de respostas para a “História 1” observa-se que os 4 sujeitos que denunciaram à PSP obtiveram uma média mais alta, relativamente aos 14 sujeitos que não disseram a ninguém. Isto poderia indicar uma maior legitimação da violência conjugal por parte dos sujeitos que denunciaram à PSP, no entanto, importa ter presente que são apenas 4 sujeitos. Há a referir ainda que o sujeito que denunciou à APAV e o que denunciou à GNR apresentaram valores pouco legitimadores da violência conjugal, sendo a média para cada um deles de 10, o que indica que responderam a todos os itens da história com a opção “discordo completamente”.

Tabela 19. Representações sociais (QRVC-HIS;ECVC; QVC-CMR) e variável “denúncia” (Teste de *Kruskall-Wallis*)

	Hist. Total	Hist.1	Hist.2	Hist.3	Ecvct ot	Causas	Manut.	Resolu.
Chi-Square	4.499	8.696	1.202	5.710	5.029	.706	3.714	2.371
df	3	3	3	3	3	3	3	3
Asymp.	.212	.034	.753	.127	.170	.872	.294	.499

V - Discussão

Para clarificar a apresentação, optou-se por elaborar a reflexão conforme os tópicos descritos e analisados anteriormente.

5.1. Representações sociais em torno da violência conjugal

Da análise descritiva dos resultados obtidos no QRVC-HIS e na ECVC regista-se que os sujeitos apresentam valores pouco legitimadores da violência conjugal, uma vez que variam entre o “discordo” e o “discordo completamente”. Comparando as médias da ECVC com outros estudos (cf.

Correia, 2008; Camelo, 2009), constatamos que a presente amostra apresenta um valor mais elevado sugerindo uma maior legitimação da violência conjugal por parte da amostra da população geral. No entanto, o valor é mais baixo que o de Machado, Matos e Gonçalves (2000), o que indica na nossa amostra uma menor legitimação.

As diferenças encontradas poderão estar relacionadas com o facto de as amostras de Correia (2008) e Camelo (2009) serem constituídas por uma população muito específica e *a priori* com alguma informação relativamente ao fenómeno da violência conjugal. Quanto à amostra de Machado e colaboradores (2000), tratando-se de população geral, tal como no presente estudo, as diferenças poder-se-ão explicar pelo facto de o primeiro estudo ter uma amostra do norte e da amostra do estudo actual se distribuir por várias regiões de Portugal Continental e da Madeira.

Ao analisar separadamente as sub-amostras de “Portugal Continental” e da “Madeira”, observam-se diferenças nas respostas ao ECVC, sendo que a da Madeira apresenta valores que indicam uma maior legitimação da violência conjugal, em relação à sub-amostra de “Portugal Continental”. Atendendo às diferenças obtidas, poder-se-á colocar a hipótese de que o meio cultural diferente influencia as respostas, o que vai de encontro ao postulado por Casimiro (2002), segundo a qual a forma como se representa a violência está condicionada pelo meio social e cultural a que se pertence.

Ao analisar as respostas ao QRVC-HIS, verificou-se que a História 2 é aquela onde existe uma maior legitimação da violência conjugal. Tratando-se a História 2 de uma senhora idosa a bater no marido, isto poderá explicar os valores encontrados, dado que há uma assumpção geral de que a violência das mulheres é inofensiva (Fiebert & Gonzalez, 1995, como citado em Straus et al., 1997) e que, considerando algumas condições, uma chapada no homem é um comportamento feminino “apropriado” (Straus, 1999). Além disso, Emery (2010) refere que a violência perpetrada pelo feminino vem menos a público que a perpetrada pelo masculino, logo sendo este um fenómeno menos visível, a tendência é a banalizá-lo. Importa ainda referir a idade avançada dos sujeitos da história que também poderá contribuir para uma negligência da verdadeira extensão da violência, o que é corroborado por Kantor e Jasinki (1998) ao referirem que o risco de violência conjugal é

menor com o avançar da idade. Poder-se-á colocar ainda a hipótese de que a violência conjugal é, normalmente, associada a um acto que é perpetrado no masculino e sofrido no feminino, diminuindo a percepção do acto como violento quando este acontece no sentido contrário (Worden & Carlson, 2005).

A “História 1” foi aquela em que emergiu uma menor legitimação da violência conjugal. Estes dados são curiosos na medida em que se tratava de uma família de um nível socioeconómico alto e há a assumpção geral de que a violência conjugal está confinada às famílias de baixo nível socioeconómico (Alexander, 1993). No entanto, isto poder-se-á explicar pela percepção das pessoas de que a violência conjugal é um fenómeno transversal a todas as famílias, podendo, eventualmente existir a noção de que a diferença entre os dois tipos de família mencionados reside no facto de que as famílias com um nível mais alto manterem a violência em segredo (Dias, 2004). Apesar disto, Gelles (1997, como citado em Dias, 2004) aponta que a probabilidade de ocorrência de violência nas famílias com nível socioeconómico alto é mais baixa.

Ao observar o comportamento das duas sub-amostras, “Portugal Continental” e “Madeira”, constata-se que as respostas foram no mesmo sentido ou seja, de maior legitimação para a “História 2” e menor legitimação para a “História 1”, o que indica que apesar de, à partida, existirem questões culturais diferentes para as duas amostras, aparentemente, estas não influenciaram as representações sociais da violência conjugal.

Não deixa de ser curioso verificar que existiu uma menor legitimação na “História 1” em relação à “História 3”, em que está envolvida uma grávida vítima de violência conjugal e consumos de álcool por parte do agressor. Parece que há uma tendência geral para banalizar a violência quando se verifica abuso de álcool, existindo uma certa desculpabilização do agressor, o que acaba por ser corroborado pela literatura onde o álcool surge como uma das causas para a perpetração da violência (Rapoza & Baker, 2008). Assim, os resultados parecem indicar que quando há um atenuante como o álcool, por exemplo, é mais fácil desculpar a violência, relativamente às situações em que este está ausente, como era o caso da “História 1”.

5.2. Causas, factores de manutenção e factores de resolução da violência conjugal

Atendendo a que o QVC-CMR avalia causas, factores de manutenção e de resolução da violência conjugal, analisar-se-á aqueles que reuniram maior e menor concordância pela população geral, num primeiro momento, para num segundo momento analisar o comportamento das duas sub-amostras.

As **causas** de violência conjugal que registaram maior concordância foram a “doença mental do agressor”, os “antecedentes nas famílias de origem do agressor e/ou da vítima” e os “consumos de álcool ou drogas por parte do agressor”. Estes dados levam a hipotetizar que a população atribui as causas da violência conjugal a características do agressor. Alguns estudos têm relacionado a violência conjugal com problemas de ordem psiquiátrica (Faulk, 1974; Bland & Orn, 1986; Jacob, 1987, como citado em Browne & Herbert, 1997). No entanto, existem outros estudos, que indicaram que menos de 25% dos homens agressores avaliados tinham distúrbios psiquiátricos (Coleman, 1980, como citado em Browne & Herbert, 1997). Importa ainda referir estudos segundo os quais os agressores têm problemas psicológicos, tais como baixa auto-estima, problemas de controlo dos impulsos, distorções cognitivas, resposta pobre ao *stress*, podendo estes ser considerados “factores de risco” para a ocorrência de violência conjugal (O’Leary, 1993; Saunders, 1995, como citado em Browne & Herbert, 1997).

A segunda causa a reunir maior concordância foi os “antecedentes de violência na família de origem do agressor e/ou da vítima”. Este é um resultado também expectável e concordante com a literatura, na medida em que há uma assumpção geral de que “violência gera violência” e que as crianças que crescem num meio onde imperam dinâmicas violentas são aquelas que usam e usarão a violência como forma de resolução dos seus conflitos, embora isto não seja linear. Alguns estudos suportam a associação entre crescer num lar violento e ser um adulto violento, quer seja como vítima quer como agressor (Gayford, 1975; Carroll, 1977; Hanks & Rosenbaum, 1978; Rosenbaum & O’Leary, 1981; Walker, 1984; Kalmuss, 1984, como citado em Browne & Herbert, 1997). Os maridos agressores aprenderam com os pais, na infância, “como ser um homem” e “como ser maridos” (Roy, 1977, como citado em Browne & Herbert, 1997).

Representações sociais em torno da violência conjugal. Estudo de validação do QRVC-HIS e do QVC-CMR com uma amostra da população geral

Rute Aguilar (ruteaguilar@hotmail.com) 2010

Assim, parece que o argumento que refere que os indivíduos expostos à violência serão no futuro os seus protagonistas, continua a ser aceite como uma causa para a violência conjugal (Spatz Widom, 1989; Browne, 1993, como citado em Browne & Herbert, 1997) o que vai de encontro aos resultados encontrados, já que os respondentes reuniram concordância ao indicar este factor como uma das principais causas para a violência conjugal. No entanto, é preciso precaução dado que a vivência de violência no contexto familiar de origem não (pré) determina um comportamento futuro violento, embora aumente a possibilidade da sua ocorrência (Dias, 2004). Também Carlson e Worden (2005) e Camelo (2009) encontraram este factor como uma das causas mais assinaladas.

No que concerne ao “consumo de álcool ou drogas por parte do agressor”, é uma causa frequentemente apontada tanto pela sociedade em geral como pelos próprios protagonistas da violência conjugal. Tal como refere Alexander (1993) parece existir uma maior legitimação da violência quando o perpetrador está intoxicado. Até os envolvidos na relação legitimam mais, a mulher que é vítima refere que o marido só bateu porque estava alcoolizado e o marido diz que não sabia o que estava a fazer. O álcool permite um alívio ao homem da sua responsabilidade e confere uma justificação à mulher para permanecer em casa, na esperança que o marido deixe de beber e, conseqüentemente, de bater (Alexander, 1993). Embora o número de respondentes envolvidos em violência conjugal seja apenas 22, é curioso verificar que também eles aceitam mais a violência conjugal quando existe o consumo de substâncias. Também no estudo de Correia (2008) e Camelo (2009) os sujeitos apontaram o consumo de substâncias como uma das principais causas para a violência conjugal.

Algumas investigações indicam a existência de uma relação positiva entre o consumo de substâncias e a perpetração da violência (Gelles, 1997, como citado em Hotaling & Sugarman, 1986). Não obstante, é necessária precaução na sua assumpção já que não pode ser estabelecida uma relação linear causal, e o consumo de substâncias poderá ser um de muitos factores a contribuir para a violência conjugal (Coleman & Straus, 1983, como citado em Matos, 2003).

A terceira causa mais apontada pela sub-amostra “Portugal Continental” foi a “luta de poder entre os membros do casal” (65.2%),

enquanto a da “Madeira” apontou os “consumos de substâncias por parte do agressor” (69.4%). Embora estes sejam resultados consonantes com a literatura, importa sublinhar que são curiosos e que poderão permitir hipotetizar que sendo a Madeira um meio pequeno, está associado a um modelo de família mais patriarcal, onde ainda é o homem quem manda em casa e onde é suposto a mulher “sujeitar-se”, o que poderá explicar que não tenha sido apontada a luta de poder entre os membros do casal. Nos lares onde o poder de decisão é partilhado, há menor violência, relativamente àqueles em que as decisões são tomadas só por um dos cônjuges, onde há maiores níveis de violência (Gelles 1997, como citado em Dias, 2004).

Por outro lado, a atribuição do consumo de substâncias à violência conjugal parece ser uma representação social enraizada num meio pequeno como é a Madeira e que poderá ajudar a explicar, por exemplo, a sua maior legitimação da violência conjugal.

Analisando genericamente as causas que obtiveram maior discordância, elas remetem para as características da vítima (o “comportamento provocador” nas duas sub-amostras e a “doença mental” para “Portugal Continental”) ou para causas externas (“problemas/dificuldades criadas pelos filhos” para as duas sub-amostras e “interferência de outros familiares” para a “Madeira”).

No que respeita aos **factores de manutenção**, os que reuniram maior concordância nas duas sub-amostras foram a “ausência de denúncia da violência conjugal”, a “falta de confiança na eficácia da justiça” e o “medo de retaliações por parte da vítima”. A sub-amostra de “Portugal Continental” apontou ainda as “promessas de mudança por parte do agressor”. Estes dados são consonantes com a literatura existente e parecem estar inter-relacionados, na medida em que a ausência de denúncia e o medo de retaliações poderá ser, hipoteticamente, explicado pela falta de confiança na justiça. A ausência da denúncia poderá ser explicada pelo medo de retaliações e como refere Alexander (1993) é um medo real, dado que nos Estados Unidos 50% dos homens continuaram a agredir e a aterrorizar as mulheres mesmo após a separação. A ausência de denúncia poderá ainda estar relacionada com a pressão de algumas normas sociais, culturais e religiosas sobre a mulher, o casamento e a família (Dobash & Dobash, 1979, como citado em Dias, 2004). As vítimas encontram-se, nalguns casos,

perante o desafio de deixar a relação e os riscos inerentes (e.g. as retaliações e a tardia ou deficiente actuação da justiça) o que as faz manter o casamento e, conseqüentemente, a violência conjugal.

Pode-se estabelecer um paralelismo entre a manutenção da violência conjugal e a falta de confiança na eficácia da justiça, podendo ser o reflexo da incerteza daquilo que a justiça poderá, de fato fazer, pelo desfasamento entre as denúncias e as detenções, já que um agressor só será detido após reincidência. Por outro lado, a vítima poderá perder confiança nos outros e na sociedade como consequência da violência conjugal (Root, 1992) sendo então a falta de confiança na justiça o reflexo da situação descrita.

As promessas de mudança por parte do agressor surgem como factor referido na literatura, pois as mulheres maltratadas continuavam com os maridos, porque mantinham a esperança que eles mudariam, insistindo nas suas qualidades, numa tentativa de minimizar a violência (Pagelow, 1984). Por outro lado, o ciclo da violência descrito por Walker (1989, Frude, 1989, como citado em Browne & Herbert, 1997) faz referência à *fase da reconciliação “lua-de-mel”*, onde o agressor mostra o seu arrependimento, pede desculpa e promete que não voltará a acontecer. A vítima, perante estas promessas, confia na mudança, no entanto, uma vez instalado o ciclo, torna-se complicada a saída deste (Walker, 1979, como citado em Browne & Herbert, 1997).

Os factores de manutenção que tiveram maior discordância foram a “ameaça de suicídio por parte do agressor”, a “existência de filhos” e a “interferência de outros familiares”. A sub-amostra de “Portugal Continental” discordou ainda com a “valorização da união familiar”. A ameaça de suicídio é um dado consonante com outros estudos e poderá ser explicado pela percepção existente de que as ameaças, geralmente, são contra a vítima e terceiros e não tanto em relação à própria pessoa do agressor, dado que aliás é corroborado pelas informações veiculadas pelos *mass media*.

A existência de filhos é um dado curioso e que não está de acordo com a literatura existente, no entanto, poder-se-á colocar a hipótese de que, a existência de filhos já não é vista como um “entrave” para sair das relações, mesmo naquelas onde existe violência conjugal. A actual crescente divulgação de associações que apoiam as vítimas e os filhos (e.g. APAV)

poderá ser outro dos factores a levar a população a discordar. A interferência de outros familiares também é dissonante com a literatura, no entanto é curioso verificar que os sujeitos consideram que já não há tanta pressão familiar para que os casamentos se mantenham, mesmo quando existe violência conjugal. O facto de a sub-amostra de “Portugal Continental” ter discordado do factor “valorização da união familiar” poderá ser um indicador de que estamos perante uma mudança das representações sociais em torno do casamento e, apesar de muitas pessoas terem sido socializadas num meio exposto a mensagens legitimadoras da violência conjugal, há um forte discurso social e judicial reprovador do mesmo (Machado, 2005) que está a influenciar as representações sociais dos sujeitos desta sub-amostra.

Finalmente, os **factores de resolução** a reunir maior concordância foram a “estimulação da denúncia das situações de violência”, a “sensibilização e educação dos jovens, na escola”, para que não aceitem a violência na relação de namoro ou de casal e a “protecção das vítimas e dos filhos”, se os houver. A sub-amostra da “Madeira” concordou ainda com a “informação da população geral sobre as consequências da violência conjugal”.

A “estimulação da denúncia das situações de violência” encontra-se estreitamente relacionado com o factor de manutenção que reuniu maior concordância, a “ausência de denúncia”, reflectindo a ideia de que a denúncia da violência conjugal poderá ser um passo importante para ajudar a minimizar as consequências deste fenómeno. A “sensibilização e educação dos jovens na escola” traduz a lacuna que os próprios respondentes sentem e faz sentido na medida em que os estudos de Machado, Caridade e Martins (2010) concluíram que a violência no namoro em Portugal poderá ser um problema significativo, sendo necessária uma atenção especial sobre o tema, atenção que se poderá traduzir através de programas de prevenção nas escolas. Outros estudos têm mostrado que a violência nas relações amorosas começa cada vez mais cedo, nomeadamente no ensino secundário (Cano et al., 1998, como citado em Machado, Caridade & Martins, 2010), o que reforça a necessidade de uma sensibilização e educação dos jovens. Vários estudos mostram que entre 20% a 50% dos adolescentes estão envolvidos nalgum tipo de relação abusiva (Connolly & Josephson, 2007 como citado em Machado et al., 2010). Além disso, os relacionamentos amorosos juvenis

têm sido conceptualizados como contextos privilegiados para a aprendizagem dos papéis a desempenhar nas relações conjugais futuras (Flynn, 1987, White & Koss, 1991, como citado em Caridade, 2008), sendo claro o risco de os relacionamentos abusivos poderem replicar-se no contexto conjugal.

A “protecção da vítima e dos filhos” poderá ser explicado pelo facto de, actualmente, ser um recurso disponível (*e.g.* casas abrigo) no entanto importa ter em consideração que é uma medida “paliativa” e não de resolução, já que muitas vezes o que motiva as vítimas a procurarem este tipo de protecção prende-se com questões da sua defesa e dos filhos e não tanto de uma verdadeira vontade de sair da relação, já que há a esperança, de que o agressor vá mudar e de que aquela tenha sido a última vez.

5.3. Variáveis sócio-demográficas e representações sociais em torno da violência conjugal

No que concerne ao género, as diferenças encontradas indicam que o sexo masculino legitima mais a violência que o sexo feminino o que é congruente com a literatura (Camelo, 2009; Correia, 2008; Machado et al., 2003). Poderá ser colocada a hipótese de que a actual construção de identidade de género ainda traduz uma menor tolerância à violência por parte do género feminino.

Relativamente à idade, os resultados apontam no sentido de que o grupo com os sujeitos mais velhos apresenta a maior legitimação da violência, o que se coaduna com a literatura. Também Machado (2005) encontrou nos seus estudos que os sujeitos com mais idade alimentam crenças mais legitimadoras da violência conjugal. Tendo em conta que estes sujeitos cresceram num contexto sócio-cultural onde era vigente uma ideologia patriarcal, em que o homem era superior à mulher e, consequentemente, tinha mais poder (Alarcão, 2006), poderão aceitar com mais facilidade registos de violência conjugal. Já os sujeitos com idades compreendidas entre os 31 e os 36 anos foram os que apresentaram os valores menos legitimadores da violência conjugal, podendo ser o reflexo da informação que recebem, do facto de, actualmente, estarem expostos a mensagens que reprovam a violência conjugal.

Quanto à profissão, os resultados parecem indicar que os grupos

máquinas e montagens, bem como os serviços e vendedores apresentam valores mais legitimadores da violência conjugal. Há medida que a formação aumenta a legitimação diminui, o que permite hipotetizar que são sujeitos mais cientes da problemática em questão e das suas consequências. As profissões que legitimam mais a violência, por terem um nível de formação menor, poderão fazer parte de um grupo de sujeitos que foi socializado através da violência e exposto a mensagens legitimadoras da violência conjugal (Machado, 2005). A escolaridade apresenta resultados semelhantes à profissão, já que uma maior escolaridade parece indicar uma menor legitimação da violência e quanto menor a escolaridade, maior a banalização do fenómeno em causa. Também Machado (2005) encontrou nos seus estudos uma decrescente legitimação à medida que aumentavam os anos de educação formal recebida.

O local de residência parece influenciar as respostas à ECVC com uma maior legitimação da violência conjugal nos sujeitos da área predominantemente rural e uma menor legitimação nos sujeitos da área predominantemente urbana. Uma primeira análise permitiria hipotetizar que na área predominantemente rural existe um discurso ainda legitimador da violência. No entanto, ao verificar a ausência da influência da zona de residência no QRVC-HIS e no QVC-CMR, verificou-se que com excepção do estudo de Machado (2005) as outras investigações vão no sentido da ausência de influência da área de residência, podendo a informação estar a chegar de igual forma e a ser disseminada globalmente.

Limitações do estudo e sugestões para investigações futuras

Na análise dos resultados é necessária precaução, uma vez que o estudo possui limitações. Assim, apesar de ser uma amostra da população geral, o facto de ser de conveniência faz com que estivesse circunscrita, maioritariamente, às zonas de Coimbra, Lisboa e Madeira e seria importante alargar a outras regiões do país.

Por outro lado, seria importante recolher uma amostra com uma distribuição mais equitativa das idades dos sujeitos, já que neste estudo há apenas 13 sujeitos com idades compreendidas entre os 55 e os 72 anos.

A desejabilidade social poderá ter influenciado as respostas dos sujeitos, uma vez que a violência conjugal é um fenómeno, cada vez mais,

socialmente desaprovado.

A manutenção do item 19 “Uma mulher deve retirar a queixa de maus tratos contra o marido sempre que este lhe peça desculpa pelo que fez” da ECVC pode ter influenciado negativamente os valores da ECVC, na medida em que aconteceu uma alteração da lei e se a vítima apresentar queixa por violência conjugal já não poderá retirá-la. Sendo assim, propomos a retirada desse item.

Como recomendações para investigações futuras, sugere-se que o protocolo seja aplicado a uma amostra da população geral, com um número de sujeitos superior ao do presente estudo e superando as limitações anteriormente descritas. O estudo com outras populações também seria interessante (e.g. homossexuais, adolescentes, outros).

VI – Conclusões

Muitas teorias têm emergido para amplificar a compreensão de toda a dinâmica complexa que envolve o fenómeno da violência conjugal. Um denominador comum a todas as teorias é o papel central dos intervenientes mais directos na violência. No entanto, é necessário prestar atenção ao papel da sociedade que influencia directamente as representações sociais que os sujeitos têm em torno da violência conjugal e as consequências que isso terá na legitimação ou não deste fenómeno.

A violência conjugal tem adquirido uma crescente visibilidade e cada vez mais se ouve falar dela em tom reprovador, sendo considerada, actualmente, um crime público.

É fundamental identificar as representações sociais que podem “favorecer” a violência conjugal e que estão disseminadas na comunidade geral, para se poder implementar programas de prevenção e sensibilização.

Numa análise global, o nosso estudo mostra que os instrumentos desenvolvidos para analisar as representações sociais sobre a violência conjugal o Questionário de Violência Conjugal – Histórias (QRVC-HIS) e o Questionário de Violência Conjugal – Causas, Manutenção e Resolução (QVC-CMR) apresentam qualidades psicométricas a nível da consistência interna e da validade concorrente que os constituem como um bom instrumento a ser usado nesta temática.

Os resultados obtidos com estes instrumentos e com a ECVC
Representações sociais em torno da violência conjugal. Estudo de validação do QRVC-HIS e do QVC-CMR com
uma amostra da população geral
Rute Aguilar (ruteaguilar@hotmail.com) 2010

indicam que a amostra da população geral apresenta valores pouco legitimadores da violência conjugal, e que a sub-amostra da “Madeira” apresenta uma maior legitimação da violência conjugal que a de “Portugal Continental”.

Registou-se a influência do sexo, da profissão e da escolaridade com os indivíduos do sexo masculino a apresentar valores mais legitimadores da violência conjugal, bem como as profissões menos qualificadas e os sujeitos com menor escolaridade.

Ter conhecimento de violência conjugal e viver situações de violência no namoro, parecem, no primeiro caso conduzir a uma menor legitimação e no segundo caso a não interferir no facto de se legitimar ou não o fenómeno. Isto poder-se-á explicar atendendo a que quem conhece casos de violência conjugal acaba por desenvolver um conjunto de representações sociais que legitimam menos um fenómeno com o qual estes sujeitos acabam por estar, genericamente, familiarizados. Relativamente ao facto da vivência de violência no namoro não influenciar a legitimação da violência conjugal, poderá se prender com o facto de estes sujeitos olharem para este fenómeno como algo ainda distante e que não os afecta, o que faz, com que a vivência de violência no namoro não tenha ainda exercido influência sobre as suas representações.

Este estudo registou valores consonantes com a literatura quanto às causas e factores de risco para a violência conjugal, apontando os antecedentes nas respectivas famílias de origem, a doença mental do agressor e o consumo de substâncias.

Os factores de manutenção, também congruentes com os estudos existentes, colocam o foco na vítima, com a responsabilidade centrada nesta última de acabar com a violência, negligenciando a responsabilidade partilhada.

Os factores de resolução apontados reflectem a importância da protecção das vítimas e dos filhos, resultado que poderá ser reflexo da falta de informação, já que actualmente em Portugal existem 36 casas abrigo para acolher vítimas de violência doméstica.

Comparando com as investigações de Correia (2008) e Camelo (2009) verificou-se que os resultados da população geral indicam uma maior legitimação da violência conjugal, o que é expectável, já que as amostras

anteriormente estudadas eram específicas, com alguma formação e com contacto profissional área da violência conjugal.

Concluindo, a população geral parece ter representações sociais que legitimam pouco a violência conjugal, no entanto, é necessária precaução na interpretação destes dados, já que as representações poderão não se traduzir nos actos, ou seja, poderá ainda haver discrepância entre as representações dos sujeitos e a perpetração da violência conjugal.

VII. Bibliografia

Alarcão, M. (2006). *(Des) Equilíbrios Familiares*. Coimbra: Quarteto Editora (trabalho original publicado em 2000).

Alexander, R. (1993). Wife battering: An australian perspective. *Journal of Family Violence*, 8 (3), 229 – 245.

Andolfi, M. (2002). *A crise do casal: uma perspectiva sistémico-relacional*. Porto Alegre: Arimed Editora.

Archer, J. (2000). Sex differences in aggression between heterosexual partners: A meta-analytic review. *Psychological Bulletin*, 126 (5), 651-680.

Arruda, A. (2002). Teoria das representações sociais e teorias de género. *Cadernos de Pesquisa*, 117, 127-147.

Browne, K., & Herbert, M. (1997). *Preventing Family Violence*. Nova Iorque: Wiley and Sons.

Caetano, R., Vaeth, P., & Ramisetty-Mikler, S. (2008). Intimate Partner Violence Victim and Perpetrator Characteristics Among Couples in the United States. *Journal of Family Violence*, 23 (1), 507-518.

Camelo, A. (2009). *Representações sobre a violência conjugal. Estudo exploratório com uma amostra de profissionais da CPCJ*. (Dissertação de mestrado não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.

Caridade, S. (2008). *Violência nas relações de intimidade: Comportamentos e atitudes dos jovens*. Tese de Doutoramento. Instituto de Educação e Psicologia. Braga, Portugal.

Casimiro, C. (2002). Representações sociais da violência conjugal. *Análise Social*, 37 (163), 603-630.

Comissão para a Igualdade dos Direitos da Mulher. *III Plano Nacional Contra a Violência Doméstica (2007-2010)* [versão electrónica] Consultado em Novembro, 20, 2010, acedido em <http://www.cidm.pt>.

Correia, A.T. (2008). *Crenças em torno da violência conjugal: Estudo exploratório junto de advogados, magistrados, auditores de justiça e estudantes de direito*. (Dissertação de mestrado não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra,

Coimbra, Portugal.

Dias, I. (2004b). Violência sobre as mulheres e os idosos. *Psychologica*, 36, 33-61.

Emery, C. (2010). Examining an Extension of Johnson's Hypothesis: Is Male Perpetrated Intimate Partner Violence More Underreported than Female Violence? *Journal of Family Violence* 25 (2), 173-181.

Gameiro, J. (1999). *Os meus, os teus e os nossos: novas formas de família*. Lisboa: Terramar (trabalho original publicado em 1998).

Ghez, M. (2001) Getting the Message Out: Using media to change social norms on abuse. In C.M. Renzetti, J. L., Edleson & R. K. Bergen (Coords.). *Sourcebook on Violence Against Women* (pp. 417-438). California: Sage Publications.

Greenspun, W. (2000). *Couples on the fault line new directions for therapists* (pp. 152 – 177). Nova Iorque: The Guilford Press.

Hotaling, G., & Sugarman, D. (1986). An analysis of risk markers in husband to wife violence: the current state of Knowledge. *Violence and Victims*, 1 (2), 101-124.

Hydén, M. (1995). Verbal aggression as prehistory of woman battering. *Journal of Family Violence*, 10 (1), 55 – 71.

Jasinski, J., & Williams, L. (1998). *Partner violence, a comprehensive review of 20 years of research*. Thousand Oaks: Sage Publications.

Johnson, M. & Ferraro, K. (2000). Research on domestic violence in the 1990s: Making distinctions. *Journal of Marriage and the Family*, 62 (4), 948 – 963.

Kantor, G., & Jasinski, J. (1998). Dynamics and risk factors in partner violence. In J. Jasinski & L. Williams (Coords.). *Partner violence, a comprehensive review of 20 years of research* (pp.1-43). Thousand Oaks: Sage Publications.

Lempert, B. L. (1996). Women's strategies for survival: developing agency in abusive relationships. *Journal of Family Violence*, 11 (3), 269 – 288.

Levinson, D. (1989). *Family violence in a cross-cultural perspective*. Newbury Park: Sage.

Lourenço, N., Lisboa, M., & Pais, E. (1997). *Violência contra as mulheres*. Lisboa: CIDM.

Machado, C., Matos, M., & Moreira, A.I. (2003). Violência nas relações amorosas: Comportamentos e atitudes na população universitária. *Psychologica*, 33, 69-83.

Machado, C. (2005). Violência nas famílias portuguesas. Um estudo representativo na região Norte. *Psychologica*, 39, 173-194.

Machado, C., Matos, M., & Gonçalves, M.M. (2006). *Manual da Escala de Crenças sobre a Violência Conjugal (I.V.C.)*. Braga: Psiquilibrios Edições.

Machado, C., Matos, M., & Gonçalves, M. (2008). Escala de crenças sobre a violência conjugal (ECVC). In L. S. Almeida, M. R. Simões, C. Machado, & M. M. Gonçalves (Coords.). *Avaliação psicológica: Instrumentos validados para a população portuguesa – Volume II* (pp. 134-149). Coimbra: Quarteto Editora.

Machado, C., Caridade, S., & Martins, C. (2010). Violence in juvenile dating relationships self-reported. Prevalence and attitudes in a portuguese sample. *Journal of Family Violence*, 25 (1), 43 – 52.

Malley-Morrison, K., & Hines, D. A. (2007). Attending to the role of race/ethnicity in family violence research. *Journal of Interpersonal Violence*, 22, 943-972.

McKeel, A., & Sporkowski, M. (1993). How shelter counselors views about responsibility for wife abuse relate to services they provide to battered women. *Journal of Family Violence*, 8 (2), 101 – 111.

Maroco, J. (2007). *Análise estatística - Com utilização do SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo (trabalho original publicado em 2003).

Nabi, R., & Horner, J. (2001). Victims with voices: How abused women conceptualize the problem of spousal abuse and implications for intervention and prevention. *Journal of Family Violence*, 16 (3), 237-253.

Matos, M. (2003). Violência conjugal. In Carla Machado & R. Abrunhosa Gonçalves (Coords.). *Violência e vítimas de crimes. Vol 1: Adultos* (pp. 83-130). Coimbra: Quarteto.

McKeel, A. J., & Sporkowski, M. J. (1993). How shelter counselors views about responsibility for wife abuse relate to services they provide to battered women. *Journal of Family Violence*, 8 (2), 101 – 112.

Moscovici, S. (1972). *Introduction à la psychologie sociale*. Vol I: livres sciences humaines et sociaux. Paris: Librarie Larousse.

Neves, S., & Nogueira, C. (2004). Terapias feministas, intervenção psicológica e violências na intimidade: uma leitura feminista crítica. *Psychologica*, 36, 15-32.

Pagelow, M. D. (1984). *Family Violence*. Nova Iorque: Praeger.

Perrone, R., & Nannini, M. (1997). *Violencia y abusos sexuales en la familia*. Buenos Aires: Paidós.

Porto, M. (2006). Crenças, valores e representações sociais da violência. *Sociologias*, 16, 250-273.

Rapoza, K., & Baker, A. (2008). Attachment styles, alcohol and childhood experiences of abuse. An analyses of physical violence in dating couples. *Violence and Victims*, 23 (1), 52-65.

Relvas, A. P. (1996). *O ciclo vital da família, perspectiva sistémica*. Porto: Edições Afrontamento.

Relvas, A.P. (2009). Prefácio. In I. Ribeiro & T. Narciso (Coords.). *Olhares sobre a conjugalidade*. Coimbra: Quarteto Editora.

Ronan, G., Dreer, L., Dollard, K., & Ronan, D. (2004). Violent Couples: Coping and Communication Skills. *Journal of Family Violence*, 19 (2), 131-137.

Root, M. (1992). Reconstructing the impact of trauma on personality. In L. Brown & M. Ballou (Coords.). *Personality and psychopathology, feminist reappraisals* (pp. 229-265). New York: The Guilford Press.

Straus, M., Kaufman-Kantor, G., & Moore, D. (1997). Change in cultural norms approving marital violence: From 1968 to 1994. In G. Kaufman-Kantor & J. Jasinski (Coords.). *Out of the darkness: Contemporary perspectives on family violence* (pp. 3-16). Thousand Oaks, CA: Sage.

Vala, J. (2004). Representações sociais e psicologia social do conhecimento quotidiano. In J. Vala, & M., B. Monteiro, (Coords.), *Psicologia social* (pp. 457-502). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Walker, L. (1991). Post-traumatic stress disorder in women: diagnosis and treatment of battered woman syndrome. *Psychotherapy*, 28 (1), 21 – 29.

Worden, A., & Carlson, B. (2005). Attitudes and beliefs about domestic violence: Results of a public opinion survey: II. Beliefs about causes. *Journal of Interpersonal Violence*.

VIII. Anexos

Anexo 1: Protocolo de investigação

- a. Carta de apresentação.
- b. Consentimento informado.
- c. Questionário Demográfico.
- d. Questionário de Violência Conjugal – Histórias (QRVC-HIS).
- e. Escala de Crenças sobre a Violência Conjugal (ECVC).
- f. Questionário de Violência Conjugal – Causas, Manutenção e Resolução (QVC-CMR).

Anexo 2: Caracterização da amostra

- a. Distribuição dos sujeitos por grupos de profissões, habilitações académicas e área de residência.
- b. Distribuição da amostra por filhos, conhecimento de violência conjugal, casos conhecidos de violência conjugal, vivência de violência conjugal, partilha de violência conjugal e por pedido de ajuda aquando da violência conjugal.
- c. Distribuição dos sujeitos por denúncia, em caso de vivência de violência conjugal e por vivência de violência no namoro.

Anexo 3

- a. Características Psicométricas do QRVC-HIS.
- b. Item-Total Statistics.
- c. KMO e Teste de Esfericidade de Bartlett.
- d. Análise factorial do QRVC-HIS.

Anexo 4

- a. Características Psicométricas da ECVC.

Anexo 5: Características Psicométricas do QVC-CMR

- a. Consistência interna.
- b. Item-Total Statistics (Causas e Factores de Manutenção).
- c. Item-Total Statistics (Factores de Resolução).

Anexo 6: Normalidade (QRVC-HIS, ECVC e QVC-CMR) e Teste de homogeneidade para a variância para a ECVC.

Anexo 7

- a. Frequências por sub-amostras para as causas do QVC-CMR.
- b. Frequências por sub-amostras para os factores de manutenção do QVC-CMR.
- c. Frequências por sub-amostra para os factores de resolução do QVC-CMR.

Tabela 1. Distribuição dos sujeitos por grupos de profissões.

	N	% Válida	% Acumulada
Quadros superiores	2	.7	.7
Intelectuais e científicas	16	5.8	6.5
Técnicos nível intermédio	59	21.4	27.9
Pessoal administrativo	48	17.4	45.3
Serviços e vendedores	57	20.7	65.9
Operário, artífice	9	3.3	69.2
Máquinas e montagens	3	1.1	70.3
Não qualificados	18	6.5	76.8
Estudante	62	22.5	99.3
Reformado	2	.7	100.0
Total	276	100.0	

Tabela 2. Distribuição da amostra por habilitações académicas

	N	% Válida	% Acumulada
4º ano	22	8.0	8.0
6ºano	18	6.5	14.5
9º ano	34	12.3	26.8
11ºano	12	4.3	31.2
12ºano	84	30.4	61.6
Bacharelato	3	1.1	62.7
Licenciatura	94	34.1	96.7
Mestrado	6	2.2	98.9
Doutoramento	3	1.1	100.0
Total	276	100.0	

Tabela 3. Distribuição da amostra por área de residência

	N	% Válida	% Acumulada
Predominante/ urbano	150	54.3	54.3
Mediana/ urbano	53	19.2	73.6
Predominante/ rural	73	26.4	100.0
Total	276	100.0	

Tabela 4. Distribuição dos sujeitos por filhos

	N	% Válida	% Acumulada
Não	124	44.9	44.9
Sim	152	55.1	100.0
Total	276	100.0	

Tabela 5. Distribuição dos sujeitos por conhecimento de casos de violência conjugal

	N	% Válida	% Acumulada
Não	158	57.2	57.2
Sim	118	42.8	100.0
Total	276	100.0	

Tabela 6. Distribuição dos sujeitos por casos conhecidos de violência conjugal

	N	% Válida	% Acumulada
Não conhece	150	55.8	55.8
Família Nuclear	23	8.6	64.3
Família Alargada	24	8.9	73.2
Amigos	20	7.4	80.7
Vizinhos	22	8.2	88.8
Colegas	8	3.0	91.8
Outro	11	4.1	95.9
Vários	11	4.1	100.0
Total	269	100.0	
<i>Missing</i>	7		
Total	276	100.0	

Tabela 7. Viveu violência conjugal

	N	% Válida	% Acumulada
Não viveu	252	91.3	92.0
Vítima	23	8.3	99.6
Vítima e agressor	1	.4	100.0
Total	276	100.0	

Tabela 8. Distribuição dos sujeitos por partilha da violência conjugal

	N	% Válida	% Acumulada
Não	12	50.0	50.0
Sim	12	50.0	100.0
Total	24	100.0	

<i>Missing</i>	252	
Total	276	100.0

Anexo 2/c

Tabela 9. Distribuição dos sujeitos por pedido de ajuda na violência conjugal

	N	% Válida	% Acumulada
Não	13	54.2	54.2
Sim	11	45.8	100.0
Total	24	100.0	
<i>Missing</i>	252		
Total	276	100.0	

Tabela 10. Distribuição dos sujeitos por denúncia da violência conjugal

	N	% Válida	% Acumulada
Não disse a ninguém	16	66.7	66.7
APAV	3	12.5	79.2
GNR	1	4.2	83.3
PSP	4	16.7	100.0
Total	24	100.0	
<i>Missing</i>	252		
Total	276		

Tabela 11. Distribuição dos sujeitos por vivência de violência no namoro

	N	% Válida	% Acumulada
Sim	9	3.3	3.3
Não	267	96.7	100.0
Total	276	100.0	

Tabela 12. História Total

<i>Alpha de Cronbach</i>	<i>Alpha de Cronbach baseado em itens estandarizados</i>	N
.947	.950	30

Tabela 13. História 1

<i>Alpha de Cronbach</i>	<i>Alpha de Cronbach baseado em itens estandarizados</i>	N
.845	.857	10

Tabela 14. História 2

<i>Alpha de Cronbach</i>	<i>Alpha de Cronbach baseado em itens estandarizados</i>	N
.906	.908	10

Tabela 15. História 3

<i>Alpha de Cronbach</i>	<i>Alpha de Cronbach baseado em itens estandarizados</i>	N
.888	.900	10

Tabela 16. Item-Total Statistics

	Scale Mean if Item Deleted	Scale Variance if Item Deleted	Corrected Item- Total Correlation	Cronbach's Alpha if Item Deleted
QRVCHIS 11	46.89	169.174	.470	.946
QRVCHIS 12	46.69	164.245	.627	.945
QRVCHIS 13	46.73	168.226	.456	.947
QRVCHIS 14	46.81	167.849	.526	.946
QRVCHIS 15	46.67	164.912	.613	.945
QRVCHIS16	46.26	164.477	.458	.947
QRVCHIS17	46.87	168.926	.538	.946
QRVCHIS18	46.29	161.625	.620	.945
QRVCHIS19	46.63	166.070	.553	.946
QRVCHIS110	46.78	166.246	.678	.945
QRVCHIS21	46.46	164.576	.638	.945
QRVCHIS22	46.44	162.575	.733	.944
QRVCHIS23	46.46	162.651	.734	.944
QRVCHIS24	46.37	162.359	.678	.945
QRVCHIS25	46.38	165.076	.533	.946
QRVCHIS26	46.30	161.748	.681	.945
QRVCHIS27	46.41	163.351	.696	.944
QRVCHIS28	45.91	163.266	.554	.946
QRVCHIS29	46.43	163.547	.657	.945
QRVCHIS210	46.24	164.117	.528	.946
QRVCHIS31	46.47	164.451	.565	.946
QRVCHIS32	46.06	163.483	.429	.948
QRVCHIS33	46.63	163.834	.628	.945
QRVCHIS34	46.68	163.638	.730	.944
QRVCHIS35	46.75	167.020	.548	.946
QRVCHIS36	46.71	166.814	.611	.945
QRVCHIS37	46.70	166.123	.674	.945
QRVCHIS38	46.54	161.676	.707	.944
QRVCHIS39	46.70	164.108	.682	.945
QRVCHIS310	46.60	164.523	.679	.945

Tabela 17. KMO e Teste de Esfericidade de Bartlett

	KMO	.946
Teste de esfericidade de Bartlett	Qui-quadrado aprox.	4527.088
	df	435
	Sig.	.000

Figura 1. Scree plot

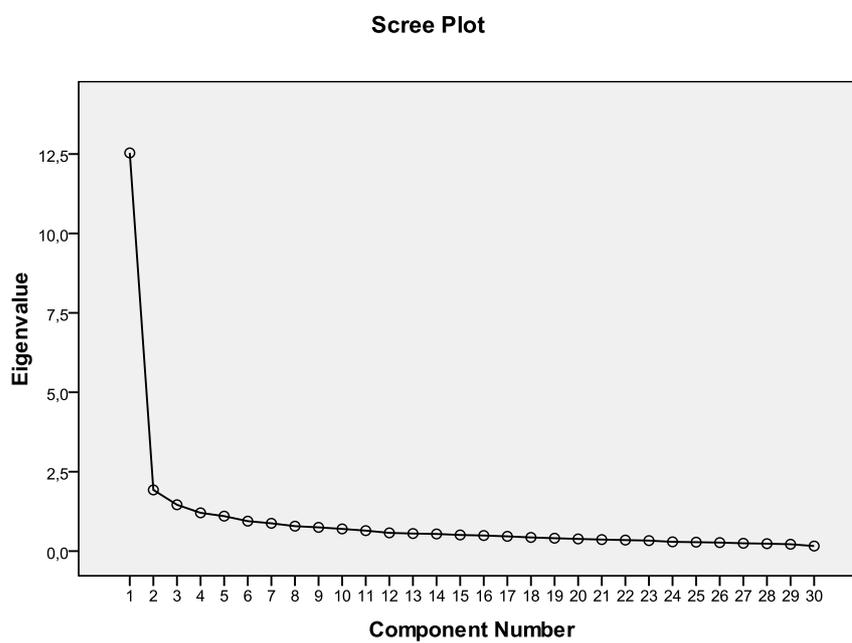


Tabela 18. Component Matrix

	Component Matrix ^a				
	1	2	3	4	5
QRVCHIS34	.771	-.370			
QRVCHIS22	.766				
QRVCHIS23	.761				
QRVCHIS38	.742				
QRVCHIS39	.726		-.307		
QRVCHIS27	.720				
QRVCHIS37	.718				
QRVCHIS310	.718				
QRVCHIS110	.714				
QRVCHIS24	.700				
QRVCHIS26	.698	.394			
QRVCHIS29	.692			-.398	
QRVCHIS21	.672			-.379	
QRVCHIS33	.669				
QRVCHIS 12	.660				
QRVCHIS18	.650				
QRVCHIS36	.647				
QRCIS 15	.642			.324	
QRVCHIS31	.599				
QRVCHIS19	.595				
QRVCHIS35	.584				.511
QRVCHIS17	.579		.348		
QRVCHIS 14	.567				
QRVCHIS28	.565	.571			
QRVCHIS25	.558				.374
QRVCHIS210	.553	.454			
QRVCHIS 11	.512		.362	-.216	
QRVCHIS 13	.499		.528		
QRVCHIS16	.475	.330		.465	
QRVCHIS32	.455		-.366		

Tabela 19. *Alpha de Cronbach* para a ECVC (n=25 itens)

<i>Alpha de Cronbach</i>	<i>Alpha de Cronbach</i> baseado em itens estandardizados	N
.935	.938	25

Tabela 20. Alpha de Cronbach para o QVC-CMR: factor de activação (n=14 itens)

<i>Alpha de Cronbach</i>	<i>Alpha de Cronbach baseado em itens estandardizados</i>	N
.878	.879	14

Tabela 21. Alpha de Cronbach para o QVC-CMR: factor de manutenção (n=14 itens)

<i>Alpha de Cronbach</i>	<i>Alpha de Cronbach baseado em itens estandardizados</i>	N
.830	.834	14

Tabela 22. Alpha de Cronbach para o QVC-CMR: factor de resolução (n=14 itens)

<i>Alpha de Cronbach</i>	<i>Alpha de Cronbach baseado em itens estandardizados</i>	N
.840	.844	14

Tabela 23. Item-Total Statistics

Factores de activação				
	Scale Mean if Item Deleted	Scale Variance if Item Deleted	Corrected Item- Total Correlation	Cronbach's Alpha if Item Deleted
QVCCMR11	31.55	36.858	.611	.866
QVCCMR12	31.75	38.092	.459	.874
QVCCMR13	31.84	36.969	.614	.866
QVCCMR14	31.52	38.317	.473	.873
QVCCMR15	31.85	37.579	.534	.870
QVCCMR16	31.72	36.314	.698	.862
QVCCMR17	31.58	37.943	.477	.873
QVCCMR18	31.87	37.524	.588	.868
QVCCMR19	31.99	38.261	.498	.872
QVCCMR110	31.63	37.101	.611	.867
QVCCMR111	31.38	38.677	.441	.875
QVCCMR112	31.37	37.955	.523	.871
QVCCMR113	31.73	37.781	.595	.868
QVCCMR114	31.99	37.886	.508	.872

Tabela 24. Item-Total Statistics

Factores de manutenção				
	Scale Mean if Item Deleted	Scale Variance if Item Deleted	Corrected Item- Total Correlation	Cronbach's Alpha if Item Deleted
QVCCMR21	37.06	26.084	.441	.821
QVCCMR22	37.23	26.431	.419	.822
QVCCMR23	37.62	26.337	.404	.824
QVCCMR24	37.68	26.195	.317	.833
QVCCMR25	37.53	26.206	.473	.819
QVCCMR26	37.35	26.105	.454	.820
QVCCMR27	37.39	25.548	.570	.813
QVCCMR28	37.22	25.240	.562	.813
QVCCMR29	37.34	25.907	.479	.819
QVCCMR210	37.67	25.305	.495	.817

QVCCMR211	37.44	26.037	.459	.820
QVCCMR212	37.48	25.640	.507	.817
QVCCMR213	37.30	25.562	.572	.813
QVCCMR214	37.59	26.891	.366	.826

Anexo 5/c

Tabela 25. Item-Total Statistics

Factores de resolução				
	Scale Mean if Item Deleted	Scale Variance if Item Deleted	Corrected Item- Total Correlation	Cronbach's Alpha if Item Deleted
QVCCMR31	39.94	28.297	.430	.833
QVCCMR32	39.88	27.723	.473	.830
QVCCMR33	39.68	27.853	.531	.827
QVCCMR34	40.31	29.144	.303	.841
QVCCMR35	39.69	26.646	.666	.818
QVCCMR36	40.22	28.104	.385	.837
QVCCMR37	39.98	27.648	.486	.830
QVCCMR38	40.09	28.161	.379	.837
QVCCMR39	39.75	27.237	.644	.821
QVCCMR310	40.46	27.905	.426	.834
QVCCMR311	40.49	27.504	.464	.831
QVCCMR312	40.30	28.167	.424	.834
QVCCMR313	39.96	27.750	.550	.826
QVCCMR314	39.53	27.298	.593	.823

Tabela 26. Testes de normalidade para o QRVC-HIS, ECVC e QVC-CMR

	c género	Kolmogorov-Smirnov ^a			Shapiro-Wilk		
		Statistic	df	Sig.	Statistic	df	Sig.
História	Feminino	.128	164	.000	.943	164	.000
Total	Masculino	.083	69	.200*	.946	69	.005
História	Feminino	.175	164	.000	.889	164	.000
1	Masculino	.122	69	.013	.915	69	.000
História	Feminino	.095	164	.001	.951	164	.000
2	Masculino	.082	69	.200*	.959	69	.022
História	Feminino	.153	164	.000	.893	164	.000
3	Masculino	.115	69	.024	.931	69	.001
ECVC	Feminino	.118	164	.000	.930	164	.000
Total	Masculino	.112	69	.032	.926	69	.001
Causas	Feminino	.109	164	.000	.956	164	.000
	Masculino	.080	69	.200*	.976	69	.196
Manutenção	Feminino	.080	164	.012	.961	164	.000
	Masculino	.125	69	.009	.939	69	.002
Resolução	Feminino	.077	164	.019	.941	164	.000
	Masculino	.099	69	.091	.946	69	.005

a. Lilliefors Significance Correction

*. This is a lower bound of the true significance.

Tabela 27. Teste da homogeneidade da variância para a ECVC

	F	Sig.
ECVC Total	-3.359	.002

Tabela 28. Frequências por sub-amostra e amostra total: causas da violência conjugal

Causas	Total	Portugal Continental	Madeira
Álcool e drogas	171 61.9%	76 55.1%	95 69.4%
Aceitação social da violência	139 50.4%	75 54.4%	76 55.0%
Luta de poder entre os membros do casal	112 40.6%	90 65.2%	64 46.4%
Baixa auto-estima do agressor	166 60.4%	79 57.2%	87 63.5%
Doença mental da vítima	113 41.1%	87 63.0%	62 45.3%
Dificuldades económicas	144 52.2%	63 45.6%	81 58.6%
Fragilidade emocional da vítima	157 56.9%	66 47.8%	91 65.9%
Interferência de outros familiares	110 39.8%	42 30.4%	68 49.3%
Problemas/dificuldades criados pelos filhos	92 33.3%	34 24.6%	58 42.0%
Relações extra-conjugais	159 57.6%	76 55.1%	83 60.1%
Antecedentes de violência	189 68.5%	94 68.1%	95 68.8%
Doença mental do agressor	193 70.2%	93 67.4%	100 73.0%
Isolamento social	131 47.5%	59 42.8%	72 52.2%
Comportamento provocador da vítima	97 35.2%	42 30.4%	83 39.8%

Tabela 29. Frequência por sub-amostra e amostra total: manutenção da violência conjugal

Factores de manutenção	Total	Portugal Continental	Madeira
Ausência de denúncia	252 91.3%	126 91.3%	126 91.3%
Falta de confiança na justiça	237 85.9%	115 83.3%	122 88.4%
Valorização da união familiar	186 67.4%	86 62.3%	100 72.5%
Existência de filhos	171 61.9%	88 63.8%	83 60.2%
Isolamento social	200 72.5%	102 73.9%	98 71.0%
Falta de conhecimento da vítima sobre como pedir ajuda	225 81.5%	110 79.7%	115 83.3%
Ambivalência da vítima face ao agressor	216 78.3%	109 78.9%	107 77.6%
Medo de retaliações	234 84.7%	114 82.6%	120 87.0%
Desconhecimento da vítima dos seus direitos	219 79.3%	106 76.8%	113 81.9%
Ameaça de suicídio por parte do agressor	286 57.6%	68 49.3%	91 65.9%
Ausência de respostas sociais para a vítima	205 74.3%	101 73.2%	104 75.4%
Ternura do agressor fora da violência	207 75.0%	105 76.0%	102 73.9%
Promessas de mudança do agressor	229 83.0%	115 83.3%	114 82.6%
Interferência de outros familiares	183 66.3%	89 64.5%	94 68.1%

Tabela 30. Frequência por sub-amostra e amostra total: resolução da violência conjugal

Factores de resolução	Total	Portugal Continental	Madeira
Afastar o agressor	238 86.2%	123 89.1%	115 83.3%
Condenar mais agressores	238 86.3%	119 86.3%	119 86.2%
Estimular a denúncia	264 95.6%	135 97.9%	129 93.5%
Estimular a separação/divórcio	185 67.0%	97 70.3%	88 63.7%
Proteger a vítima e os filhos	259 93.8%	131 94.9%	128 92.8%
Mudar o comportamento da vítima	207 75.0%	97 70.3%	110 79.7%
Tratar o agressor	244 88.4%	121 87.7%	123 89.1%
Tratar o casal	221 80.4%	107 77.5%	114 83.2%
Informar mais a população em geral	258 93.4%	129 93.4%	129 93.4%
Melhorar as condições sócio-económicas	153 55.4%	72 52.2%	81 58.7%
Aumentar os direitos da mulher	149 54.0%	75 54.3%	74 53.7%
Aumentar os tempos de lazer das famílias	190 69.1%	89 64.4%	101 73.7%
A vítima ter ajuda de familiares, amigos e vizinhos	249 90.3%	127 92.0%	122 88.4%
Sensibilizar/Educar os jovens para que não aceitem a violência no namoro ou no casal	266 96.3%	135 97.8%	131 94.9%